

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	01
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	07
Demonstrações dos resultados	09
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações dos valores adicionados.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO QUARTO TRIMESTRE E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Intelbras gera uma receita líquida consolidada de **R\$2.134.376 mil** e um EBITDA de **R\$409.785 mil**.

São José (SC), 22 de março de 2021 – A **Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira** (“Intelbras” ou “Companhia”) por este meio, divulga os seus resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores aqui apresentados são comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas contábeis adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

DESTAQUES

- Receita operacional líquida totalizou **R\$2.134.376 mil** (+25,7% a/a);
- Lucro Bruto foi de **R\$700.834 mil** (+18,2 % a/a), o que representa uma margem bruta de 32,8% da receita operacional líquida;
- O EBITDA atingiu o valor **R\$409.785 mil** 2020 (+102,3% a/a), representando 19,2% da receita operacional líquida;
- Lucro Líquido de **R\$327.956 mil** no ano de 2020 (+73,2% a/a), representando 15,4% da receita líquida anual.
- Investimentos em CAPEX totalizaram de **R\$52.820 mil** (-45,4 % a/a);
- ROIC em 2020 de 54,9% (+23,9 p.p. a/a);

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ambiente de negócios no Brasil sempre foi desafiador. Porém, o ano de 2020 trouxe uma componente inédita para toda uma geração de gestores e que realmente desafiou as nossas equipes a atuarem de forma ainda mais integrada, consciente de suas responsabilidades e inovadora. No auge da crise, quando todos tinham dúvidas sobre a sua extensão tanto na saúde das pessoas como na economia, tomamos a decisão acertada de manter nosso atendimento aos clientes inalterado, de cuidar da saúde de nossos colaboradores e da saúde financeira da companhia. Movimentamos os canais de atendimento para home-office, o que permitiu mesmo durante os momentos mais críticos do distanciamento social, que todo o atendimento fosse mantido com os mesmos níveis de serviço anteriores à pandemia. Adotamos medidas para que todos os colaboradores se mantivessem informados a respeito das estratégias da empresa, e confiantes que juntos atravessaríamos a crise e sairíamos fortalecidos dela. De forma transparente, todos entenderam o que estava acontecendo e por quais caminhos estávamos seguindo. Por fim, reforçamos nosso caixa e trabalhamos em conjunto com nosso canal de distribuição para as condições financeiras de toda a cadeia não se deteriorassem.

Como consequência destas ações e de todo o plano de trabalho para o ano, alcançamos nossos resultados em diversas esferas:

- Nosso NPS (Net Promoter Score) cresceu de 60% no primeiro semestre para 68% no segundo. Um importante crescimento em um momento complexo o que reforça que nosso compromisso de estar sempre próximo ao canal e aos clientes finais está sendo cumprido e é reconhecido.
- Mantivemos todos os postos de trabalho e ao longo de 2020 geramos 1.005 novos empregos, nos três estados do país em que estamos presentes.
- Novamente fomos listados entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, e recebemos diversos prêmios das mais renomadas revistas em nível nacional.

Além de conquistas importantes relacionadas à gestão da companhia durante a pandemia, destacamos o ganho de causa em uma importante ação judicial, impetrada em 2007, que foi concluída em outubro de 2020. Fomos considerados vencedores na tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, gerando um importante resultado operacional e financeiro para a companhia. Crescemos, considerando este evento não-recorrente, em 73% o nosso lucro líquido no exercício.

Obtivemos resultados expressivos nos três segmentos de atuação, o que levou a companhia a um crescimento de 25,7% na sua receita líquida anual, alcançando um total de R\$2.134.376 mil.

Em Segurança, observamos o forte crescimento de nossa controlada Seventh empresa adquirida em 2019, que teve expansão na sua receita líquida de 140% (2020/2019) e de EBITDA de 210% (2020/2019) o que demonstra a fortaleza da incorporação desta companhia às operações da Intelbras. Nas demais categorias de atuação, destacamos nossa manutenção da liderança de mercado em CFTV e alarmes. Nossas linhas de controle de acesso foram renovadas e ganharam maior integração com outros sistemas corporativos e residenciais.

No segmento de Comunicação, observamos uma forte alta nos negócios com provedores regionais de internet principalmente para sua infraestrutura de fibra ótica. Iniciamos nossos negócios de cabeamento estruturado, com a linha de Racks, que ganhou presença nacional e já estamos presentes em todas as regiões do país. A comunicação corporativa e residencial vem se renovando ano a ano e esta Unidade de Negócios retomou seu crescimento em 2020.

Já no segmento de Energia, extrapolamos nossas metas de crescimento, especialmente em Energia Solar onde praticamente triplicamos a receita líquida e crescemos de forma significativa o resultado operacional. Passamos a produzir localmente nossos no-breaks e iniciamos o investimento em uma fábrica específica para a Unidade de Negócio de Energia, localizada em Tubarão, sul de Santa Catarina.

Ao longo do último trimestre, finalizamos nossa estruturação para o processo de abertura de capital, o que resultou em um IPO amplamente noticiado no dia 02 de fevereiro de 2021. A partir desta data, com grande satisfação fazemos parte de um grupo seletivo de empresas listadas na B3, no segmento de Novo Mercado.

Nossos planos de expansão seguem fortes, e embora o cenário para 2021 seja de um ano com turbulências, acreditamos que estamos tomando todas as providências para continuar crescendo, entregando resultados e sendo uma excelente parceira para nossos revendedores, uma excelente empresa para nossos colaboradores e um excelente ativo para nossos acionistas.

A tecnologia faz parte do nosso negócio, e desta forma a companhia continua investindo em inovação e desenvolvimento de produtos que representem soluções inovadoras para as necessidades do consumidor final e do instalador brasileiros. Acreditamos estar prontos para contribuir e suportar os desafios que se impõem para a nova realidade que se apresenta.

A Direção

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DO ANO

Principais indicadores financeiros

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH%
Receita Operacional Líquida	2.134.376	1.697.956	25,7%
Lucro Bruto	700.834	593.146	18,2%
<i>Margem Bruta</i>	32,8%	34,9%	-2,1p.p
EBITDA	409.785	202.611	102,3%
<i>Margem EBITDA</i>	19,2%	11,9%	+7,3p.p
Lucro Líquido	327.956	189.393	73,2%
<i>Margem Líquida</i>	15,4%	11,2%	+4,2p.p
ROIC	54,9%	46,9%	+8,0p.p

Comentários a administração

- **Receita líquida de vendas**

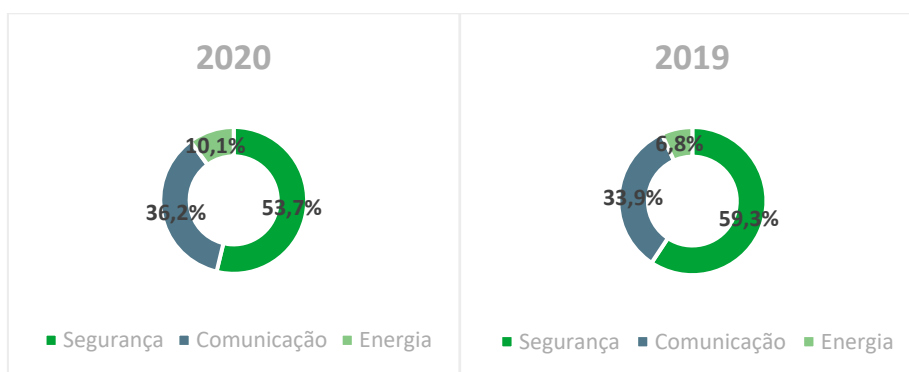
As receitas líquidas da Companhia totalizaram R\$2.134.376 mil no ano de 2020, representando um aumento de R\$436.420 mil ou 25,7%, quando comparado a 2019. Este crescimento de receita pode ser observado nos três segmentos de atuação, destacando a resiliência da companhia em seguir crescendo apesar de cenários adversos, com destaque para o crescimento de 86% em receita do segmento de Energia, que em 2020 passou a representar 10,1% da receita líquida da companhia, ante os 6,8% do ano anterior.

Por outro lado, destaca-se a participação do segmento de Comunicação que contribuiu com R\$196.688 mil ou 34,1% do crescimento da receita operacional líquida da companhia. Através da nossa unidade de negócios de Redes, integrante deste segmento de atuação, nosso atendimento aos provedores regionais de internet, com uma linha de produtos adequadamente desenvolvida para este público foi preponderante para este resultado.

Nossa receita por segmento apresentou o seguinte comportamento (R\$ mil):

Receita operacional líquida	2020	2019	AH%
Segurança	1.147.074	1.006.562	14,0%
Comunicação	772.713	576.025	34,1%
Energia	214.589	115.369	86,0%

E o share de Receita Operacional Líquida entre os segmentos apresentou a seguinte evolução (%):



O segmento de Segurança continua apresentando crescimentos superiores a dois dígitos, em linha com a demanda do consumidor por aumentar sua sensação de segurança com soluções mais inteligentes e eficientes baseadas na tecnologia e em 2020 representou 53,7% da receita, ante aos 59,3% de 2019.

O segmento de Comunicação que representa 36,2% da receita operacional líquida em 2020 apresentou bom crescimento, a partir do lançamento de novas linhas de produtos na Unidade de Negócios de Comunicação, e da consolidação de sua presença nacional na Unidade de Negócios de Redes.

Nosso segmento de energia inclui linhas de diversas soluções, desde dispositivos para proteção e economia de energia em residências, comércios e indústrias, até geradores de energia solar *on-grid* e *off-grid*. O aumento da demanda por equipamentos de Comunicação e Segurança, trouxe em conjunto uma demanda por produtos de Energia, como suporte e complementariedade, levando o segmento de energia a alcançar os dois dígitos na proporção da receita operacional líquida com a cifra de 10,1%. Percebe-se ainda que há uma demanda expressiva por geradores de energia solar, principalmente em nosso foco de atuação, que são as pequenas e médias unidades consumidoras, em todo o país.

- Lucro bruto**

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH R\$	AH%	2020	2019
Receita operacional líquida	2.134.376	1.697.956	436.420	25,7%	100,0%	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(1.433.542)	(1.104.810)	(328.732)	29,8%	-67,2%	-65,1%
Lucro Bruto	700.834	593.146	107.688	18,2%	32,8%	34,9%

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços da Companhia totalizaram R\$1.433.542 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 29,8%, quando comparado a 2019. Representa 67,2% da receita líquida em 2020 (65,1% em 2019). Essa variação decorreu, principalmente, de: (i) do aumento do volume de produtos comercializados, em linha com o aumento da nossa receita líquida; e (ii) modificação nas normas legais relacionadas ao benefício decorrente da Lei de Informática, as quais implicaram também em uma mudança na forma de contabilização do benefício, que deixou de ser considerado uma redução das despesas de impostos sobre vendas, e passou a ser contabilizado como “Outras Receitas Operacionais”, após a apuração da margem bruta.

A principal razão da queda de 2,1 p.p. deve-se à nova forma de contabilização do benefício. Caso houvesse manutenção da forma de contabilização a margem bruta do ano de 2020 estaria em linha com a margem realizada no ano anterior. A depreciação do Real frente ao Dólar, exigiu que a companhia repassasse aumentos de preços ao logo de todo o exercício. Este repasse imediato de preços protegeu a margem da companhia ao longo do ano, e o seu impacto pode ser claramente observado nos demais indicadores financeiros apresentados a seguir.

A margem bruta desagregada por segmento pode ser assim demonstrada:

Lucro Bruto	2020	2019	AH%
Segurança	418.635	377.643	10,9%
Comunicação	230.099	183.549	25,4%
Energia	52.099	31.954	61,3%

- **Indicador operacional – Quantidade**

SEGMENTOS (Qtd)	2020	2019	AH%
Segurança	17.244.392	14.148.237	21,9%
Comunicação	12.611.179	9.795.651	28,7%
Energia	2.525.192	1.696.157	48,9%
	32.380.764	25.640.045	26,3%

Conforme apresentado no quadro acima, todos os segmentos de atuação apresentaram crescimento expressivo de volumes e merecem destaque.

Segurança, um segmento de atuação no qual somos líderes, mantivemos nosso crescimento acima de dois dígitos, oferecendo soluções mais inteligentes, mais completas e ampliando nossa presença nacional através de nossos parceiros revendedores e instaladores.

No segmento de Comunicação, apesar da queda no mercado de telefonia fixa, uma categoria de produtos na qual somos líderes absolutos no país, de acordo com o Monitoramento Intelbras de Dados de Importação (MIDI), apresentamos importante crescimento em nossas linhas de Redes e de Comunicação Unificada.

Por fim, nosso segmento de Energia, apresenta o maior crescimento percentual em quantidades o que reforça a assertividade da estratégia de atuação da companhia nesta linha de negócios. Em um mercado em forte crescimento, nossas linhas de produtos deste segmento estão preparadas para ocupar mais mercado e nos posicionar entre as principais marcas neste segmento.

- Despesas operacionais

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH R\$	AH%	2020*	2019*
Com vendas	(260.663)	(236.439)	(24.224)	10,2%	-12,2%	-13,9%
Administrativas e gerais	(142.334)	(107.778)	(34.556)	32,1%	-6,7%	-6,3%
Outras (despesas)/receitas, líquidas	88.537	(65.000)	153.537	236,2%	4,1%	-3,8%
Total	(314.460)	(409.217)	94.757	-23,2%	-14,7%	-24,1%

* Representatividade da despesa em relação à receita líquida.

Nossa despesa com vendas se manteve consistente com o ano anterior, apresentando uma leve alta de 10,2%, porém reduzindo 1,7 p.p com relação à receita líquida do período. Durante o ano, pudemos presenciar diversas novas modalidades de interação com os clientes, de proximidade ao grande público que certamente são maneiras mais eficientes de relacionamento e que devem ganhar mais força nos próximos períodos.

As despesas administrativas e gerais cresceram pouco acima do crescimento da receita, com uma leve alta de 0,4p.p. Essa elevação decorreu por diversos fatores, sendo os que cabem destaques: (i) crescimento das despesas em razão do crescimento orgânico da Companhia no período; (ii) O ganho de causa já citado anteriormente, gerou a necessidade de um provisionamento de Participação nos Lucros para os colaboradores adicional, que resultou em um crescimento acima da receita operacional líquida.

Por outro lado, as outras despesas operacionais líquidas apresentaram uma ampla movimentação, e deixaram de ser uma despesa para tornarem-se uma receita. Este movimento, expressivo do ponto de vista do resultado se deve a dois fatores importantes no ano de 2020 (i) a contabilização de R\$73.519 mil devido ao ganho de causa da ação judicial relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, já citada anteriormente, e; (ii) R\$84.017 mil referentes à contabilização do crédito financeiro decorrente da aplicação da Lei de Informática. As despesas de Pesquisa e Desenvolvimento, também contabilizadas como outras despesas operacionais tiveram seu crescimento em linha com o crescimento da companhia.

- EBITDA

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH%
Lucro líquido	327.956	189.393	73,2%
(+/-) IR/CSLL	(11.230)	1.075	-1145,0%
(+/-) Resultado financeiro líquido	69.648	(6.539)	-1165,1%
(+) Depreciação	17.500	14.141	23,8%
(+) Amortização	5.911	4.541	30,2%
EBITDA	409.785	202.611	102,3%

O EBITDA atingiu o valor de R\$409.785 em 2020, um aumento de 102,3% quando comparado ao ano de 2019. A margem EBITDA do período foi de 19,2%, bastante superior às margens históricas da companhia. Destaca-se neste ano que o crescimento tão expressivo de nosso EBITDA ocorreu em função de dois grandes aspectos, são eles (i) crescimento das receitas e da eficiência da operação, e (ii) impacto do ganho de causa da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Com relação ao crescimento das receitas e da eficiência, ressaltamos que o ano de 2020 foi caracterizado por diversos eventos que o tornaram bastante marcante do ponto de vista do resultado. O choque cambial ocorrido nos primeiros meses do ano nos exigiu repasse imediato de preços ao mercado, enquanto nossos custos de estoque cresciam de maneira atenuada pelo custo médio do estoque. Assim, obtivemos margens brutas acima das historicamente atingidas pelo nosso negócio.

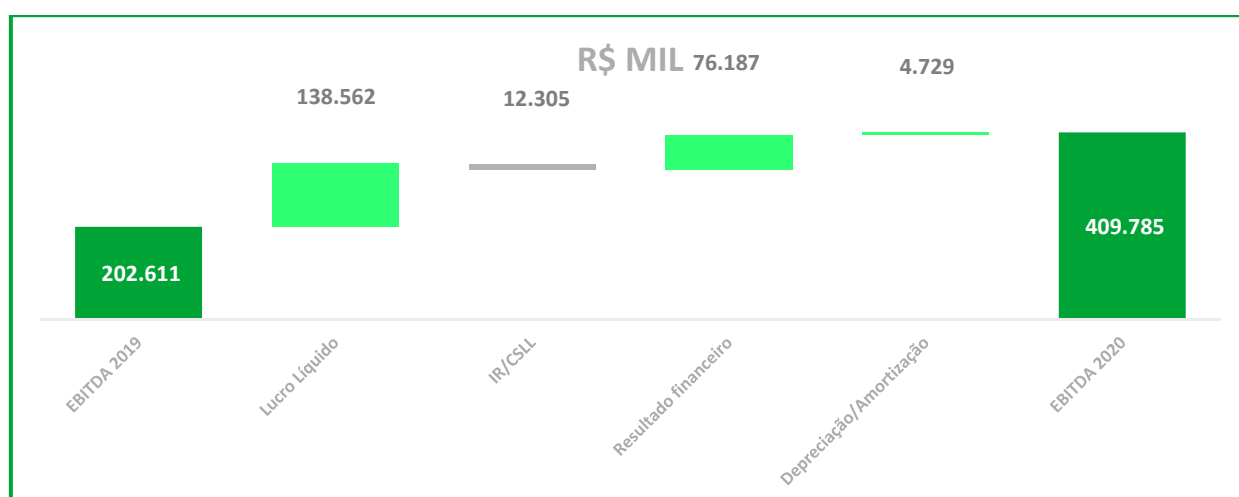
Com relação ao impacto do ganho de causa, houve ganhos contabilizados como outras receitas operacionais e um provisionamento de participação nos lucros dos colaboradores em decorrência desta ação, o que resultou em um impacto líquido de R\$52.955 mil positivo neste indicador.

A seguir, disponibilizamos um detalhamento do ajuste comentado anteriormente:

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH%
Lucro líquido	327.956	189.393	73,2%
(+/-) IR/CSLL	(11.230)	1.075	-1145,0%
(+/-) Resultado financeiro líquido	69.648	(6.539)	-1165,1%
(+) Depreciação	17.500	14.141	23,8%
(+) Amortização	5.911	4.541	30,2%
EBITDA	409.785	202.611	102,3%
(+) Decisão judicial Pis/Cofins	(73.579)	-	100,0%
(-) Participação nos lucros Pis/Cofins	20.624	-	100,0%
EBITDA Ajustado	356.830	202.611	76,1%
	16,7%	11,9%	

Desta forma, desconsiderando este impacto, podemos observar um crescimento no EBITDA de 76,1%, chegando ao valor de R\$356.830 mil, uma margem EBITDA de 16,7%.

A evolução ao longo do ano se deu da seguinte forma:



- ROIC

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH %
Lucro operacional antes do resultado financeiro	386.374	183.929	
Imposto de renda e contribuição social	11.230	(1.075)	
NOPAT	397.604	182.854	117,4%
(Caixa)/Dívida líquida	(251.454)	(134.919)	
Patrimônio líquido	976.230	724.859	
Capital empregado	724.776	589.940	22,9%
ROIC	54,9%	31,0%	+23,9p.p
ROIC Pre-tax	53,3%	31,2%	+22,1p.p

NOTA: ROIC (pre-tax) considera o NOPAT sem o impacto do Imposto de Renda.

O ROIC (pre-tax) de 2020 apresentou uma evolução de 22,1 pontos percentuais em relação a 2019, atingindo 53,3%. O crescimento do Lucro Operacional após os Impostos (NOPAT) deu-se em virtude do crescimento da receita e das mesmas tratativas descritas na análise do EBITDA.

Optando por desconsiderar o efeito não recorrente do ano de 2020, relacionado ao ganho de causa da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, nosso NOPAT seria de R\$333.419, sem alteração no capital empregado, resultando em ROIC de 46,0% levemente superior à média dos últimos três anos (2017 – 2019).

ESTRUTURA DE CAPITAL

Posição do caixa e dívida

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH%
Empréstimos e financiamentos, passivo circulante	(151.575)	(41.293)	267,1%
Empréstimos e financiamentos, passivo não circulante	(349.952)	(225.416)	55,2%
Endividamento bruto	(501.527)	(266.709)	88,0%
Caixa e equivalente de caixa	752.981	401.628	87,5%
Caixa líquido / Dívida líquida	251.454	134.919	86,4%

Dando continuidade à estratégia de robustez financeira da companhia, nosso caixa em 31 de dezembro de 2020 atingiu o valor de R\$752.981. O gráfico a seguir demonstra a evolução após a conclusão do quarto trimestre:

Variação do caixa



Destaca-se um incremento de caixa operacional 20,3% superior ao ano anterior, totalizando R\$238.330, o que já reforçaria de maneira importante o caixa da companhia. A outra componente relevante da evolução do caixa ao longo do ano refere-se à captação de capital de giro realizada nos meses de abril e maio de 2020 quando a administração tomou a decisão de reforçar o caixa para poder atravessar a crise que se desenhava naquele momento. Por outro lado, nossos investimentos representaram um CAPEX de manutenção em linha com histórico da empresa, o que resultou em um incremento de caixa de 87,5% no encerramento do exercício de 2020.

R\$ Mil (Exceto quando indicado)	2020	2019	AH R\$
Caixa	752.981	401.628	351.353
Operacional	238.330	198.108	40.222
Atividade investimento	(53.004)	(92.630)	39.626
Atividade financiamento	166.027	(89.652)	255.679

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados a auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não foi contratada para a execução de serviços não relacionados à auditoria externa. A remuneração dos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi igual ao montante de R\$395 mil, referente aos trabalhos realizados no referido exercício.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e aos Administradores da
Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Créditos tributários de PIS e COFINS sobre base do ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9.b e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em outubro de 2020, a Companhia obteve decisão judicial favorável transitada em julgado, a qual lhe concedeu o direito de excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referentes ao período de setembro de 2002 a fevereiro de 2017. Respalhada pela decisão judicial, a Companhia registrou crédito tributário de PIS e COFINS no valor total de R\$136.430 mil, incluindo principal e atualização monetária.

Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) os valores dos créditos tributários de PIS e COFINS foram mensurados considerando julgamentos e estimativas relevantes pela administração; (ii) a determinação do crédito tributário envolveu o levantamento de um volume elevado de documentos fiscais para apuração do valor; (iii) os valores registrados foram considerados materiais para nossa auditoria; (iv) a realização futura desses créditos tributários mediante compensação com outros tributos federais depende de estimativas que comprovem a capacidade da Companhia em utilizar tais valores; (v) houve forte interação com a Administração na discussão e avaliação deste assunto.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento dos créditos tributários de PIS e COFINS envolveram, entre outros: (i) obtenção do entendimento e avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários, das premissas adotadas pela Companhia no reconhecimento dos créditos; (ii) execução de testes de detalhes, em base amostral, na documentação fiscal que sustentou o registro do crédito; (iii) teste da atualização monetária dos créditos registrados considerando os índices de correção aplicáveis; (iv) avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários, da documentação referente à decisão judicial transitada em julgado.

Consideramos os critérios de mensuração e reconhecimento adotados pela Administração para os créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da ação transitada em julgado em favor da Companhia aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliamos também a adequação das divulgações sobre este tema, as quais estão apresentadas nas notas explicativas nº 9.b e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA

A Companhia realiza parte significativa de suas vendas para os distribuidores e o mercado varejista, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas práticas contábeis quanto ao reconhecimento da receita, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.15 e nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Essas operações de venda são relevantes e pode haver intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais de venda dos produtos e o momento em que a Companhia satisfaz a sua obrigação de desempenho e transfere o controle dos produtos vendidos aos distribuidores e varejistas.

Por esse motivo, a Companhia monitora o prazo de entrega dos produtos a esses clientes e reconhece somente as vendas que atenderam a todos os critérios contábeis para reconhecimento até a data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) o valor das transações de vendas sujeitas ao monitoramento de prazo de entrega é material; (ii) os controles internos implementados pela Companhia são individualizados por transação para determinação dos eventuais ajustes na receita operacional; e (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (ii) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados a ocorrência, integridade, exatidão e o reconhecimento da receita no correto período de competência; (iii) a execução de testes, em base amostral, sobre os ajustes de reversão da receita registrados pela Companhia sobre transações de vendas que não atenderam ao critério de reconhecimento; e (iv) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão apresentadas nas notas explicativas nº 3.13 e nº 21.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram deficiências no controle interno e a existência de ajuste de reconhecimento da receita não realizado pela Administração, o qual foi considerado imaterial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de março de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR


Otavio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	752.981	401.628	743.535	398.308
Títulos e valores mobiliários	6	1.163	1.141	1.163	1.141
Contas a receber de clientes	7	531.690	363.630	527.984	360.921
Estoques	8	595.381	434.776	593.526	433.911
Tributos a recuperar	9	154.904	16.610	152.835	16.513
Outros créditos		7.083	6.909	5.943	6.439
Total do ativo circulante		2.043.202	1.224.694	2.024.986	1.217.233
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	3.490	4.563	3.490	4.563
Contas a receber de clientes	7	1.417	2.325	1.414	2.325
Depósitos judiciais	15.b	11.725	11.509	11.725	11.509
Tributos diferidos	19	23.598	7.085	23.241	7.085
Tributos a recuperar	9	1.294	27.228	1.294	27.228
Partes relacionadas	28	-	-	12.960	2.014
Outros créditos		9.218	4.239	9.177	4.022
Investimentos	10	3.230	1.819	56.687	55.288
Imobilizado	11	257.453	230.088	243.071	218.764
Intangível	12	87.523	87.975	49.117	48.052
Total do ativo não circulante		398.948	376.831	412.176	380.850
Total do ativo		2.442.150	1.601.525	2.437.162	1.598.083

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	682.672	466.359	681.059	466.631
Financiamentos e empréstimos	14	151.575	41.293	148.934	40.448
Instrumentos financeiros derivativos		6.016	-	6.016	-
Salários, encargos e participações a pagar	25	102.789	54.079	99.471	52.504
Tributos a recolher		4.929	8.311	4.053	7.667
Provisão de garantias		14.660	12.719	14.660	12.719
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.a	420	426	420	426
Juros sobre capital próprio/dividendos	16.e	54.736	-	54.736	-
Outras contas a pagar		63.574	40.373	63.419	40.377
Total do passivo circulante		1.081.371	623.560	1.072.768	620.772
Passivo não circulante					
Financiamentos e empréstimos	14	349.952	225.416	348.331	223.725
Tributos a recolher		9.308	11.197	9.308	11.197
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.a	13.556	6.551	13.456	6.451
Investimentos com passivo a descoberto	10	-	-	5.336	1.137
Outras contas a pagar		11.733	9.942	11.733	9.942
Total do passivo não circulante		384.549	253.106	388.164	252.452
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	350.000	350.000	350.000	350.000
Reservas de lucros	16.b	600.536	349.518	600.536	349.518
Ajustes de avaliação patrimonial	16.c	25.612	25.887	25.612	25.887
Ajustes acumulados de conversão	16.d	82	(546)	82	(546)
Total do patrimônio líquido		976.230	724.859	976.230	724.859
Total do passivo e patrimônio líquido		2.442.150	1.601.525	2.437.162	1.598.083

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	21	2.134.376	1.697.956	2.106.235	1.686.273
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(1.433.542)	(1.104.810)	(1.428.446)	(1.110.813)
Lucro bruto		700.834	593.146	677.789	575.460
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(260.663)	(236.439)	(253.352)	(235.101)
Administrativas e gerais	22	(142.334)	(107.778)	(126.374)	(89.149)
Equivalência patrimonial	10	-	-	(4.838)	(965)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	9b;22	88.537	(65.000)	89.894	(67.367)
		(314.460)	(409.217)	(294.670)	(392.582)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		386.374	183.929	383.119	182.878
Receitas financeira	23	100.905	56.234	100.786	55.072
Despesas financeira	23	(47.751)	(34.995)	(47.089)	(33.581)
Variação cambial líquida	24	(122.802)	(14.700)	(121.526)	(14.700)
Resultado antes dos impostos		316.726	190.468	315.290	189.669
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(5.284)	(2.961)	(3.491)	(2.162)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	16.514	1.886	16.157	1.886
Lucro líquido do exercício		327.956	189.393	327.956	189.393
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em R\$)	17				
Ordinárias		11,65	6,73	11,65	6,73

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício		327.956	189.393	327.956	189.393
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes					
Variação cambial sobre investimentos no exterior	10	<u>628</u>	<u>25</u>	<u>628</u>	<u>25</u>
Resultado abrangente total		<u>328.584</u>	<u>189.418</u>	<u>328.584</u>	<u>189.418</u>

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	350.000	(36.793)	37.315	268.640	-	26.161	(571)	(19.144)	625.608
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(274)	-	274	-
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	10	-	-	-	-	-	25	-	25
Cancelamento ações em tesouraria	-	36.793	-	-	(36.793)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	189.393	189.393
Destinações:									
Reserva legal	16.b	-	9.470	-	-	-	-	(9.470)	-
Reservas de incentivos fiscais	16.b	-	-	2.538	-	-	-	(1.512)	1.026
Juros sobre capital próprio	16.e	-	-	-	-	-	-	(34.687)	(34.687)
Dividendos	16.e	-	-	-	-	-	-	(56.506)	(56.506)
Lucros retidos	16.e	-	-	-	68.348	-	-	(68.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	350.000	-	46.785	271.178	31.555	25.887	(546)	-	724.859
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(275)	-	275	-
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	10	-	-	-	-	-	628	-	628
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	327.956	327.956
Destinações:									
Reserva legal	16.b	-	16.398	-	-	-	-	(16.398)	-
Reservas de incentivos fiscais	16.b	-	-	7.414	-	-	-	(2.269)	5.145
Juros sobre capital próprio	16.e	-	-	-	-	-	-	(33.570)	(33.570)
Dividendos	16.e	-	-	-	-	-	-	(37.450)	(48.788)
Lucros retidos	16.e	-	-	-	238.544	-	-	(238.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	350.000	-	63.183	278.592	258.761	25.612	82	-	976.230

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	316.726	190.468	315.290	189.669
Ajustes para:				
Juros provisionados e variação cambial	31.145	579	30.513	579
Depreciação	11 17.500	14.141	15.519	13.619
Amortização	12 5.911	4.541	3.380	3.908
Resultado de equivalência patrimonial	10 -	-	4.838	965
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15 6.999	2.525	6.999	2.425
Provisão para perda de crédito esperada	7 1.443	5.011	1.190	4.896
Provisão para perdas com estoques	8 496	556	496	256
Créditos tributários e atualização monetária	(220.661)	-	(220.661)	-
Ajuste a valor presente	1.151	520	1.151	520
Provisão descontos comerciais	9.169	(1.866)	9.169	(1.866)
Provisão para garantias	1.941	2.310	1.941	2.331
Instrumentos financeiros derivativos	6.016	-	6.016	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	6.629	2.642	7.642	3.140
	<u>184.465</u>	<u>221.427</u>	<u>183.483</u>	<u>220.442</u>
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber de clientes	(167.608)	(96.112)	(166.354)	(95.527)
(Aumento) em estoques	(162.486)	(90.903)	(161.496)	(90.107)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	108.301	(5.720)	110.273	(5.681)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(216)	2.252	(216)	2.252
(Aumento) em outros ativos	(4.102)	(10.623)	(3.608)	(12.417)
Aumento em fornecedores	222.797	166.322	220.912	167.299
Aumento em salários, encargos e participação a pagar	48.710	4.144	46.967	4.878
Aumento (redução) em tributos a recolher	(5.271)	330	(5.503)	530
Aumento em outras contas a pagar	19.024	9.601	18.264	11.503
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.284)	(2.612)	(3.491)	(2.162)
	<u>238.330</u>	<u>198.106</u>	<u>239.231</u>	<u>201.010</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de investimentos em controladas	10;28 -	(27.834)	-	(27.834)
Aquisições de bens dos ativos imobilizados	11;28 (47.101)	(66.190)	(43.822)	(66.380)
Recebimento pela venda do imobilizado	476	220	449	217
(Aquisições) baixas de outros investimentos	10 (1.411)	497	(1.411)	-
Caixa proveniente de combinação de negócios	10 -	3.450	-	-
Aquisições de bens dos ativos intangíveis	12 (4.968)	(2.771)	(4.934)	(3.064)
	<u>(53.004)</u>	<u>(92.628)</u>	<u>(49.718)</u>	<u>(97.061)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos concedidos (partes relacionadas)	-	-	(10.946)	-
Empréstimos tomados	14;28 403.203	146.016	403.200	146.259
Empréstimos pagos (principal)	14 (198.175)	(131.819)	(197.585)	(131.819)
Empréstimos pagos (juros)	14 (16.415)	(12.656)	(16.369)	(12.656)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	16.e (22.586)	(91.193)	(22.586)	(91.193)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>166.027</u>	<u>(89.652)</u>	<u>155.714</u>	<u>(89.409)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>351.353</u>	<u>15.826</u>	<u>345.227</u>	<u>14.540</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	401.628	385.802	398.308	383.768
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	752.981	401.628	743.535	398.308

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos valores adicionados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	2.616.680	2.031.632	2.587.204	2.020.468
Vendas de mercadorias, produtos e serviços líquido de devoluções	2.599.488	1.980.746	2.569.759	1.969.467
Outras receitas	18.635	55.897	18.635	55.897
Provisão para perda de crédito esperada	(1.443)	(5.011)	(1.190)	(4.896)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.568.196)	(1.283.163)	(1.547.809)	(1.275.230)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.165.241)	(916.940)	(1.168.004)	(927.052)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(402.655)	(365.923)	(379.505)	(347.878)
Perda / recuperação de valores ativos	(300)	(300)	(300)	(300)
Valor adicionado bruto	1.048.484	748.469	1.039.395	745.238
Depreciação e amortização	(23.411)	(18.682)	(18.899)	(17.527)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.025.073	729.787	1.020.496	727.711
Valor adicionado recebido em transferência	298.454	137.657	293.463	135.530
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(4.838)	(965)
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	298.454	137.657	298.301	136.495
Valor adicionado total a distribuir	1.323.527	867.444	1.313.959	863.241
Distribuição do valor adicionado	1.323.527	867.444	1.313.959	863.241
Pessoal	289.881	243.081	287.536	242.586
Remuneração direta	248.351	204.100	246.163	203.657
Benefícios	28.250	26.786	28.178	26.769
FGTS	13.280	12.195	13.195	12.160
Impostos, taxas e contribuições	333.330	300.223	328.107	297.941
Federais	74.768	98.779	73.478	99.206
Estaduais	258.006	200.934	254.412	198.467
Municipais	556	510	217	268
Remuneração de capitais de terceiros	372.360	134.747	370.360	133.321
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	367.984	131.315	366.011	129.900
Aluguéis	4.376	3.432	4.349	3.421
Remuneração de capitais próprios	327.956	189.393	327.956	189.393
Juros sobre o capital próprio e lucros distribuídos	(71.020)	(91.193)	(71.020)	(91.193)
Lucros retidos no exercício	398.976	280.586	398.976	280.586

1. Contexto operacional

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (a “Companhia”), constituída em 22 de março de 1976, é uma entidade com sede na cidade de São José - SC, com filial no próprio município de São José - SC, em Santa Rita do Sapucaí - MG e em Manaus – AM. Possui também empresas controladas em São José (SC), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e na Ásia.

Tem como atividades preponderantes a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados e produtos de energia e energia solar

Em 02 de fevereiro de 2021 a Companhia completou seu processo de abertura de capital (*Initial Public Offering - IPO*), tornando-se uma companhia aberta, conforme mencionado na nota explicativa 30 – Eventos Subsequentes.

Covid-19

No primeiro trimestre de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19 e monitora os possíveis impactos em seus negócios, visando estabelecer ações de prevenção e mitigação de riscos. A seguir resumimos as principais dimensões de análise e monitoramento:

Pessoas

Considerado pela Administração como de maior prioridade, requerendo maior atenção e zelo. Realizamos o monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes. Todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores foram tomadas e vem sendo regularmente revisadas com vistas a implementação de medidas complementares de segurança e proteção.

Para mitigar a transmissão do Covid-19 em nossas instalações industriais, centro de distribuição e sede administrativa, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa com nossos colaboradores sobre medidas de proteção e higiene no ambiente de trabalho, em casa e em ambientes públicos, distribuição de materiais de proteção aos colaboradores, flexibilização de jornadas, adoção do teletrabalho, regras rígidas de distanciamento, medição constante de temperatura, entre outros.

Até o presente momento tivemos êxito nessas medidas.

Produção e cadeia de fornecimento

Desde o início da pandemia estivemos com nossa produção industrial paralisadas por não mais de 20 dias, por força de Decretos de Governos Estaduais determinando o afastamento social.

A Companhia atua em 3 (três) grandes segmentos operacionais. Em função do aumento do teletrabalho por parte das empresas e profissionais durante esse período, nossos segmentos de negócios não sentiram queda de volume de vendas, mantendo a demanda por nossos produtos. As medidas de proteção às nossas pessoas também nos permitiram, exceto por um curto espaço de tempo conforme comentado anteriormente, manter a produção sem interrupção. Alguns de nossos principais fornecedores estão sediados na Ásia. Alguns deles enfrentaram problemas momentâneos de produção no início da pandemia, mas tais problemas não afetaram o fornecimento de insumos para nossas atividades. Continuamos a monitorar ativamente a capacidade de entrega de nossos fornecedores avaliando eventuais riscos de interrupções no fornecimento de materiais e insumos.

Mantemos índices de estoques compatíveis e necessários para enfrentar eventuais problemas de abastecimento.

Vendas e concessão de crédito

Como mencionado anteriormente nossos segmentos de negócios sofreram alta na ponta da demanda por produtos por conta do aumento da dependência das pessoas e empresas por comunicação a distância.

Nossa área de crédito vem monitorando o risco de crédito de nossos clientes considerando a atual situação econômica e de crise de saúde, para evitar risco de aumento de nossa inadimplência ou perdas no atual cenário.

Liquidez

Temos uma posição de caixa confortável para fazer frente a crise, bem como mantivemos sem alteração nossos limites de crédito com nossas instituições financeiras a fim de mitigar possíveis riscos de liquidez futuros. Temos avaliado constantemente eventuais riscos de escassez de crédito ou de diminuição de nossa capacidade de pagamentos, sendo que, até o momento, não identificamos riscos desta natureza.

Analizamos nossos indicadores de performance com maior frequência do que era praticado no pré-crise e tais avaliações são utilizadas para tomada de decisões mais rápidas de enfrentamento de potenciais riscos que possam surgir.

A Companhia continuará monitorando os impactos e, caso necessário, tomará as medidas e divulgações necessárias.

2. Base de elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela diretoria em 22 de março de 2021.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação sobre sua capacidade de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida.

2.3. Uso de estimativa

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas incluem, portanto, as seguintes principais estimativas referentes à perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para garantias, provisão de tributos, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para obsolescência de estoques, provisão para descontos e verbas comerciais, provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos.

2.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que estão presentes os seguintes elementos de controle: possuir poder em relação à investida; apresentar exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e possuir capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Atualmente a Companhia detém 100% de participação em suas investidas.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação nas seguintes empresas:

Controlada	Participação (%)		
	31/12/2020	31/12/2019	
Indústria de Telecomunicación Eletronica Brasileña de México, S.A. de C.V.	direta	100%	100%
Ascent Asia Limited	direta	100%	100%
Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited	indireta	100%	100%
Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos Ltda.-ME.	direta	100%	100%
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	direta	100%	100%
Seventh Ltda.	direta	100%	100%

Apresentamos a seguir, um resumo das principais atividades das empresas controladas da Companhia:

Indústria de Telecomunicación Electrónica Brasileña de México, S.A. de C.V.

Controlada localizada no México (Cidade do México), cuja operação era dedicada ao desenvolvimento comercial dos produtos Intelbras no México, através dos canais de varejo e distribuição. Esta controlada contava com equipe de vendas, de suporte a cliente (pré-venda, pós vendas e treinamentos) e um área administrativa que dava suporte a toda a operação. Também operava como apoio aos distribuidores da América Central. Em dezembro de 2017 a Diretoria decidiu pelo encerramento das operações da empresa, os saldos divulgados nas demonstrações financeiras são os residuais das atividades, e serão baixados quando do encerramento total junto aos órgãos competentes.

Ascent Asia Limited

Controlada localizada na China (Wanchai, Hong Kong), que realiza atividades de consultoria comercial, gestão empresarial e de informações econômicas, focada na prospecção de novos negócios. A Ascent Asia Limited também é a empresa controladora da Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited, sediada em Shenzhen, na China continental.

Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited

Controlada da Ascent Asia Limited, localizada na China (Shenzhen City), que realiza serviços de consultoria de comércio e logística, com o objetivo de fornecer suporte à Companhia nas atividades de desenvolvimento de fornecedores para seus insumos, bem como apoio nas atividades aduaneiras relacionadas às operações de importação realizadas pela Companhia.

Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA-ME.

Controlada localizada no Rio Grande do Sul (Porto Alegre), e que teve 100% de seu capital adquirido pela Companhia em setembro de 2018, pelo montante de R\$1.550. A empresa adquirida atua no segmento de tecnologia, sendo especializada no desenvolvimento de sistemas para condomínios e empresas de segurança.

Décio Indústria Metalúrgica Ltda

No mês de setembro de 2019 a Companhia realizou a aquisição de 100% da empresa Décio Indústria Metalúrgica Ltda. A empresa está localizada no município de São José – SC, e atua no segmento de metalurgia fina voltado para a fabricação de estruturas para servidores.

Seventh Ltda

Em julho de 2019 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Seventh LTDA. Localizada em Florianópolis – SC, a empresa atua em fabricação de periféricos para equipamentos de informática, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador além de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação voltados para segurança patrimonial.

A Companhia não possui investimentos em Coligadas ou Joint Venture.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 e IAS 39 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

3.3 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia não tem instrumentos derivativos nas datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não adota a contabilidade de hedge:

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Reconhecimento subsequente

Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros ao custo amortizado ou (iii) como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): após o reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar com aquisição de empresas.

Desreconhecimento

Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6 Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

	<u>Vidas úteis</u>
Edificações	50 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações e benfeitorias	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	3 - 5 anos
Outros	1 - 5 anos

Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram capitalizados juros no montante de R\$357 (R\$152 em 2019).

3.8 Ativos intangíveis

(i) **Ágio**

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento e juntamente com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(ii) **Programas de computador (softwares)**

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software.

(iii) **Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, as quais atualmente giram em torno de cinco anos.

3.9 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou em recuperação judicial.

3.10 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.11 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os estoques são avaliados mensalmente e provisão para perda com obsolescência é registrada, conforme descrito na nota explicativa 4.5.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Detalhes sobre as premissas adotadas estão descritas na nota explicativa 12.

Exceto pela provisão para perdas com estoques (nota explicativa 8), a Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.12 Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas. As provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas a partir da aplicação da média histórica de perdas realizadas e previstas para o exercício sobre o contas a receber em aberto no encerramento do exercício.

3.13 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em política aprovada pela Administração e divulgada aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As provisões relevantes estão mencionadas na nota explicativa 4.

3.15 Receita operacional

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos de segurança, comunicação e energia, como descrito na nota explicativa 1.

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições;

- i) O controle sobre os produtos é transferido para o comprador;
- ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos;
- iii) Os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (vide nota explicativa 7).

A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda.

3.16 Incentivos fiscais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

3.20 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e

- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

3.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.22 Ação em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios readquiridos (ações de tesouraria) foram reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na compra dos instrumentos patrimoniais (ações) próprios da Companhia. A diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga quando da recompra foi reconhecida em "reservas de capital".

3.23 Distribuição de lucros

É assegurado aos acionistas, por meio do Capítulo VI do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição torna-se uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente aprovados até a data base das demonstrações financeiras.

3.24 Novas normas contábeis

Durante o ano de 2020 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis já vigentes anteriormente:

- (i) CPC 00 (R2) (*Framework*) – Estrutura conceitual para relatório financeiro.
- (ii) Rev isão de Pronunciamentos Técnicos nº 15/2020: Alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 40 (R1) e CPC 48 (IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9, respectivamente), decorrente da reforma da taxa de juros de referência.
- (iii) Rev isão de Pronunciamento Técnicos nº 16/2020: Alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – *Leases*), referentes à benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendamentos em contratos de arrendamento.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas Demonstrações Financeiras, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, para os quais a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa 12.

4.2. Garantias

A Companhia oferece garantias para seus produtos por defeitos de fabricação, em linha com as exigências legais durante o prazo de 12 meses. Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

4.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

4.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização.

4.6. Provisão para descontos e verbas comerciais

A Companhia realiza pagamentos a seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas relacionados a propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas e uma provisão é constituída para tais valores como redutora de contas a receber, no ativo, tendo como contrapartida receita de vendas. As estimativas de provisão levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação, como mencionado na nota explicativa 3.15. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas.

4.7. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes, conforme o canal de vendas, por estes apresentarem padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 7.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Numerário disponível	36	28	35	27
Conta corrente bancária	26.503	14.012	23.087	10.693
Aplicações financeiras	726.442	387.588	720.413	387.588
	<u>752.981</u>	<u>401.628</u>	<u>743.535</u>	<u>398.308</u>

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, que foram em média de aproximadamente 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (91,6% a 101,8% em 31 de dezembro de 2019).

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras – Escrow account	4.653	5.704	4.653	5.704
Circulante	1.163	1.141	1.163	1.141
Não circulante	3.490	4.563	3.490	4.563

Refere-se a conta garantia (escrow) com a finalidade de garantir as obrigações de indenização dos vendedores da Seventh Ltda. (Empresa adquirida), sendo que a gestão deste depósito é compartilhada e necessita de autorização de ambas as partes para movimentação. A liberação deste valor em favor dos vendedores ocorrerá em cinco parcelas anuais.

7. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No país – terceiros	548.504	382.048	544.427	379.407
No exterior – terceiros	4.238	3.086	4.238	2.903
	552.742	385.134	548.665	382.310
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(13.892)	(12.449)	(13.524)	(12.334)
Ajuste a valor presente – AVP	(5.743)	(6.730)	(5.743)	(6.730)
	533.107	365.955	529.398	363.246
Circulante	531.690	363.630	527.984	360.921
Não circulante	1.417	2.325	1.414	2.325

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 6,56% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (9,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer até 360 dias	518.040	352.957	514.017	350.393
A vencer mais 360 dias	5.928	8.315	5.928	8.297
Vencidos até 30 dias	13.060	10.171	13.035	10.134
Vencidos até 90 dias	4.025	4.215	4.011	4.200
Vencidos até 180 dias	1.350	1.757	1.346	1.743
Vencidos até 360 dias	1.930	2.992	1.921	2.979
Vencidos há mais de 360 dias	8.409	4.727	8.407	4.564
Saldo final	552.742	385.134	548.665	382.310

Movimentação da provisão para perda esperada para risco de crédito:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(12.449)	(7.438)	(12.334)	(7.438)
Constituição	(2.053)	(10.009)	(1.800)	(9.894)
Reversão	610	4.998	610	4.998
Saldo final	(13.892)	(12.449)	(13.524)	(12.334)

A Companhia utiliza uma abordagem simplificada, como permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para constituir de forma prospectiva um complemento de provisão de perdas esperadas. Esta estimativa é calculada tendo como base as perdas históricas sobre vendas, sendo aplicada sobre todas as contas a receber, incluindo-se os saldos a vencer. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	193.913	165.406	193.309	165.170
Produtos em elaboração	28.747	33.608	28.747	33.608
Matérias-primas e materiais auxiliares	131.319	106.237	129.800	105.339
Importações em andamento	214.416	114.131	214.416	114.131
Adiantamentos a fornecedores	32.464	16.022	32.432	15.991
Outros	7.214	10.183	7.214	10.183
	608.073	445.587	605.918	444.422
Provisão para obsolescência	(4.580)	(4.084)	(4.280)	(3.784)
Ajuste a valor presente - AVP	(8.112)	(6.727)	(8.112)	(6.727)
	595.381	434.776	593.526	433.911

Movimentação da provisão para obsolescência:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(4.084)	(3.528)	(3.784)	(3.528)
Constituição	(9.768)	(4.423)	(9.768)	(4.423)
Reversão	9.272	3.867	9.272	4.167
Saldo final	(4.580)	(4.084)	(4.280)	(3.784)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS	3.410	1.664	2.183	1.651
Crédito Financeiro - Lei Nº 13.969/19 (a)	27.665	-	27.174	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3.622	2.755	3.595	2.728
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS (b)	89.927	21.639	89.714	21.638
Programa de integração social – PIS (b)	19.350	4.714	19.303	4.714
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	6.990	8.260	6.926	8.204
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	5.192	4.778	5.191	4.778
Outros	42	28	43	28
	156.198	43.838	154.129	43.741
Circulante	154.904	16.610	152.835	16.513
Não circulante	1.294	27.228	1.294	27.228

- (a) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em Portarias Interministeriais e constituiu o Crédito Financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui crédito no montante de R\$27.665, saldo consolidado, o qual vem sendo compensado com tributos federais periodicamente. Este saldo está sendo registrado em contrapartida a rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” no resultado do exercício e a Companhia espera compensar o total dos créditos dentro do próximo exercício.

Vide comentário nota explicativa 18.

(b) Em outubro de 2020, o processo nº 5005026-09.2019.4.04.7200/SC, que teve início em 2007 referente à exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, transitou em julgado favoravelmente à Companhia no Tribunal Regional da 4ª região, permitindo a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal. Até o momento da decisão favorável proferida pelo STF em sede repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 574.706, em 15 de março de 2017, em que foi confirmada a tese de que “o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS”, pacificando o assunto de forma favorável aos contribuintes, não houve reconhecimento contábil e fiscal destes valores. Em 2018, a Companhia procedeu com a contabilização do montante apurado em R\$26.336 referente ao período de março de 2017 a dezembro de 2018, e a partir 2019, a Companhia passou a excluir o ICMS na base de cálculo na apuração mensal das referidas contribuições. O reconhecimento dos valores referente ao período de setembro de 2002 a fevereiro de 2017, no montante de R\$136.430 ocorreu em outubro de 2020, após o trânsito em julgado, sendo contabilizado R\$73.579 na rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” e R\$62.851 na rubrica de Receitas Financeiras. O total do crédito de R\$162.766 foi classificado no ativo circulante com base na expectativa de realização da Administração e passou a ser utilizado a partir de novembro de 2020 para compensação de tributos federais. No final do exercício, o saldo remanescente é de R\$105.187 (R\$18.620 de PIS e R\$86.567 de COFINS).

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 os investimentos da Companhia são compostos por participações em outras empresas, bem como outros investimentos, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em controladas	-	-	3.990	5.603
Mais/(menos) valia na aquisição de empresas (*)	-	-	19.358	21.956
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (**)	-	-	24.773	24.773
Outros investimentos (***)	3.230	1.819	3.230	1.819
	3.230	1.819	51.351	54.151

(*) Refere-se a mais valia apurada nas aquisições das controladas Decio e Seventh.

(**) A Companhia possui ágios registrados pelas compras da Prediotech, Decio e Seventh.

(***) Os outros investimentos referem-se ao investimento pelo valor de cota no FUNDO SC - Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras, no qual a Companhia detém 10,00% e no Fundo de Investimento em Participação Sul Inovação, no qual detém 4,80%.

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Intelbras México	Controlada	100%	100%	1.080	883
Ascent	Controlada	100%	100%	1.322	960
Prediotech	Controlada	100%	100%	(1.898)	(1.137)
Seventh	Controlada	100%	100%	6.924	1.638
Decio	Controlada	100%	100%	(3.438)	3.259
				3.990	5.603
				9.326	6.740
				(5.336)	(1.137)

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial
Investimento com passivo a descoberto

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Ganho de variação cambial	Outros	31/12/2020
Intelbras Mexico	883	-	197	-	1.080
Ascent	960	(68)	430	-	1.322
Prediotech	(1.137)	(761)	-	-	(1.898)
Seventh	1.638	5.286	-	-	6.924
Decio	3.259	(6.697)	-	-	(3.438)
Mais valias	21.956	(2.598)	-	-	19.358
Ágios	24.773	-	-	-	24.773
Outros	1.819	-	-	1.411	3.230
	54.151	(4.838)	627	1.411	51.351
Investimentos	55.288				56.687
Passivo a descoberto	(1.137)				(5.336)

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro de 2020, estão apresentadas a seguir:

Controlada	31/12/2020						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro (prej.) líquido
Intelbras México	-	1.080	-	-	1.080	-	-
Ascent	1.953	49	680	-	1.322	9.081	(68)
Prediotech	550	408	378	2.478	(1.898)	1.723	761
Seventh	9.311	501	2.888	-	6.924	18.629	5.286
Decio	7.027	8.100	6.362	12.203	(3.438)	15.313	(6.695)

a) Indústria de Telecomunicação Electrónica Brasileira de México, S.A. de C.V.

A Diretoria decidiu pelo encerramento das operações da empresa localizada na Cidade do México, em dezembro de 2018. Essa controlada não tem mais operações, sendo o saldo divulgado nas demonstrações financeiras referente a passivos a serem quitados quando da finalização dos processos de encerramento da empresa perante os órgãos competentes.

b) Ascent Asia Limited

Controlada localizada na China (Wanchai, Hong Kong), que realiza atividades de consultoria comercial, gestão empresarial e de informações econômicas, focada na prospecção de novos negócios. A Ascent Asia Limited também é a empresa controladora da Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited, sediada em Shenzhen na China Continental, a qual realiza serviços de consultoria de comércio e logística, com o objetivo de oferecer suporte à Companhia nas atividades de desenvolvimento de fornecedores para seus insumos, bem como apoio nas atividades aduaneiras relacionadas às operações de importação realizadas pela Companhia.

c) Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA-ME.

Controlada adquirida em 2018, estando localizada no Rio Grande Sul (Porto Alegre), e que atua no segmento de tecnologia de sistemas para condomínios e empresas de segurança.

Na aquisição da controlada foi gerado um ágio de R\$1.391, o qual é atribuível a expectativa de rentabilidade futura.

d) Seventh Ltda.

Localizada em Santa Catarina (Florianópolis), a Seventh desenvolve soluções voltadas à videomonitoramento, controle de acesso, portaria remota e gerenciamento de eventos.

Na aquisição foi gerado um ágio atribuível a expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$21.594.

e) Décio Indústria Metalúrgica Ltda.

Atuando na fabricação de estruturas para servidores com especialização em gabinetes, a Décio Indústria Metalúrgica Ltda está situada em Santa Catarina (São José).

O ágio de R\$1.788 que surge da aquisição é atribuível a expectativa de rentabilidade futura.

11. Imobilizado

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros	Obras em andamento	Imobilizado em trânsito	Total
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	20% a 100%			
Movimentação do custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.288	53.630	15.360	77.811	7.203	11.816	14.844	10.248	-	236.200
Adições	-	-	187	2.143	479	1.935	1.606	64.460	3.381	74.191
Transferências	-	(10)	1.574	2.034	244	773	3.576	(8.191)	-	-
Baixas	-	-	(6)	(1.022)	(113)	(521)	(599)	(1.608)	-	(3.869)
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	543	218	8	951	135	210	30	-	-	2.095
Mais-valia de combinação de negócios	1.413	3.365	64	1.794	80	238	179	-	189	7.322
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.244	57.203	17.187	83.711	8.028	14.451	19.636	64.909	3.570	315.939
Adições	5.490	-	825	9.345	722	1.855	3.020	33.419	(2.691)	51.985
Transferências	-	48.286	20.691	8.881	437	2.578	1.955	(82.828)	-	0
Baixas	-	(4.266)	(936)	(2.996)	(336)	(371)	(965)	(753)	-	(10.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.734	101.223	37.767	98.941	8.851	18.513	23.646	14.747	879	357.301
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(12.300)	(7.055)	(33.891)	(3.433)	(6.164)	(10.069)	-	-	(72.912)
Depreciação	-	(1.355)	(1.308)	(6.640)	(604)	(2.147)	(2.087)	-	-	(14.141)
Transferências	-	1	1	-	(18)	16	-	-	-	-
Baixa	-	-	6	850	91	523	(268)	-	-	1.202
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(13.654)	(8.356)	(39.681)	(3.964)	(7.772)	(12.424)	-	-	(85.851)
Depreciação	-	(1.564)	(1.868)	(8.267)	(727)	(2.273)	(2.801)	-	-	(17.500)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-
Baixa	-	206	118	2.059	348	355	417	-	-	3.503
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(15.012)	(10.106)	(45.890)	(4.343)	(9.689)	(14.808)	-	-	(99.848)
Saldo líquido de depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.288	41.330	8.305	43.920	3.770	5.652	4.775	10.248	-	163.288
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.244	43.549	8.831	44.030	4.064	6.679	7.212	64.909	3.570	230.088
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.734	86.211	27.661	53.051	4.508	8.824	8.838	14.747	879	257.453

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Notas explicativas às informações anuais -- Continuação

em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora									
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros	Obras em andamento	Imobilizado em trânsito	Total
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	20% a 100%			
Movimentação do custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.288	53.632	15.357	77.811	7.157	11.759	14.847	10.244	-	236.095
Adições	-	-	187	2.143	479	1.935	1.607	64.460	1.036	71.847
Transferências	-	(10)	1.574	2.034	244	773	3.576	(8.191)	-	-
Baixas	-	-	(6)	(1.022)	(113)	(521)	(598)	(1.608)	-	(3.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.288	53.622	17.112	80.966	7.767	13.946	19.432	64.905	1.036	304.074
Adições	5.490	-	43	2.949	667	1.548	3.020	33.419	(157)	46.979
Transferências	-	48.286	20.691	8.881	437	2.578	1.956	(82.829)	-	-
Baixas	-	(4.268)	(933)	(3.040)	(460)	(404)	(889)	(745)	-	(10.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.778	97.640	36.913	89.756	8.411	17.668	23.519	14.750	879	340.314
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(12.299)	(7.055)	(33.891)	(3.427)	(6.152)	(10.069)	-	-	(72.893)
Depreciação	-	(1.116)	(1.292)	(6.512)	(555)	(2.123)	(2.021)	-	-	(13.619)
Transferências	-	1	1	-	(18)	16	-	-	-	-
Baixa	-	-	6	850	91	523	(268)	-	-	1.202
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(13.414)	(8.340)	(39.553)	(3.909)	(7.736)	(12.358)	-	-	(85.310)
Depreciação	-	(1.459)	(1.789)	(6.869)	(594)	(2.072)	(2.736)	-	-	(15.519)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-
Baixa	-	1	120	2.307	360	435	363	-	-	3.586
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(14.872)	(10.009)	(44.116)	(4.143)	(9.372)	(14.731)	-	-	(97.243)
Saldo líquido de depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.288	41.333	8.302	43.920	3.730	5.607	4.778	10.244	-	163.202
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.288	40.208	8.772	41.413	3.858	6.210	7.074	64.905	1.036	218.764
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.778	82.768	26.904	45.640	4.268	8.296	8.788	14.750	879	243.071

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alocada ao custo de produção e às despesas administrativas no consolidado montam R\$11.029 (R\$9.015 em 2019) e R\$6.471 (R\$5.126 em 2019), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos (nota explicativa 14).

As obras em andamento referem-se a melhorias nas áreas industriais e de tecnologia da informação da companhia.

A Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

12. Intangível

	Consolidado					Total
	Ágios	Marcas e patentes	Outros	Projetos em andamento	Softwares	
Taxa média anual de amortização			16%		20%	
<u>Movimentação do custo</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	34.758	-	-	2.327	32.551	69.636
Adições	23.382	-	-	2.426	345	26.153
Baixas	-	-	-	(194)	(15)	(209)
Transferências	-	-	-	(435)	435	-
Mais valia advinda de combinação de negócios	-	6.014	1.694	-	8.367	16.075
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58.140	6.014	1.694	4.124	41.683	111.655
Adições	-	-	-	4.103	865	4.968
Baixas	-	-	(61)	(194)	(98)	(353)
Transferências	-	-	-	(4.434)	4.434	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.140	6.014	1.633	3.599	46.884	116.270
<u>Movimentação da amortização</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	(19.153)	(19.153)
Amortização no exercício	-	-	(1.016)	-	(3.525)	(4.541)
Baixas	-	-	-	-	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	(1.016)	-	(22.664)	(23.680)
Amortização no exercício	-	-	(348)	-	(5.563)	(5.911)
Baixas	-	-	844	-	-	844
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	(520)	-	(28.227)	(28.747)
<u>Saldo líquido de amortização</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	34.758	-	-	2.327	13.398	50.483
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58.140	6.014	678	4.124	19.019	87.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.140	6.014	1.113	3.599	18.657	87.523

	Controladora				
	Ágios em Investidas	Outros	Projetos em andamento	Softwares	Total
Taxa média anual de amortização		16%		20%	
Movimentação do custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.366	-	2.327	32.551	68.244
Adições	-	293	2.426	345	3.064
Baixas	-	-	(194)	(15)	(209)
Transferências	-	-	(435)	435	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.366	293	4.124	33.316	71.099
Adições	-	-	4.103	831	4.934
Baixas	-	(293)	(194)	(2)	(489)
Transferências	-	-	(4.434)	4.434	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.366	-	3.599	38.579	75.544
Movimentação da amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	(19.153)	(19.153)
Amortização no exercício	-	-	-	(3.908)	(3.908)
Baixas	-	-	-	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	(23.047)	(23.047)
Amortização no exercício	-	-	-	(3.380)	(3.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	(26.427)	(26.427)
Saldo líquido de amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.366	-	2.327	13.398	49.091
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.366	293	4.124	10.269	48.052
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.366	-	3.599	12.152	49.117

Ativos com vida útil definida

Avaliamos anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (impairment) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços as análises conduzidas pela Administração não revelaram indicadores ou fatores que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (impairment) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável. Como divulgado na nota explicativa 1, a Companhia está monitorando o impacto do Covid-19 na economia. Até o presente momento não foi identificado nenhum impacto relacionado a pandemia que pudesse indicar a necessidade de provisão de *impairment* seus ativos intangíveis.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	Unidades de negócio	31/12/2020	31/12/2019
Maxcom do Brasil Ltda.	Controle Acesso Condominial	1.348	1.348
Engesul	Incêndio e iluminação	11.610	11.610
Automatiza Ind. Com. de Equip. Eletrônico Ltda.	Controle Acesso Corporativo	20.408	20.408
Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA	Controle Acesso Condominial	1.392	1.392
Décio Indústria Metalúrgica LTDA	Equipamentos eletrônicos	1.788	1.788
Seventh Ltda.	Controle Acesso Condominial	21.594	21.594
		58.140	58.140

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada UGC. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,2% (3,8% em 2019).

As projeções são descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"). A taxa de desconto depois dos impostos aplicada nas projeções de fluxo de caixa é de 8,10% a.a. a 13,46% a.a. em 2020 (9,16% a.a. a 15,33% a.a. para 2019).

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Administração elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações no lucro antes dos impostos e resultado financeiro (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) e na taxa de desconto nominal conforme apresentado abaixo:

	Depreciação	Taxa Utilizada	Apreciação
EBIT – Maxcom	29,64%	30,64%	31,64%
EBIT – Engesul	13,65%	14,65%	15,65%
EBIT - Automatiza	12,88%	13,88%	14,88%
EBIT - Prediotech	12,67%	13,67%	14,67%
EBIT – Décio	39,35%	40,35%	41,35%
EBIT - Seventh	16,23%	17,23%	18,23%
WACC	9,35%	10,35%	11,35%

Como resultado da análise de sensibilidade não identificamos necessidade de constituição de provisão para recuperação.

Gastos com pesquisa

Os custos de pesquisa e desenvolvimento realizados pela Companhia são direcionados a diversos produtos eletrônicos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento que não são elegíveis para capitalização, no valor de R\$70.478 em 31 de dezembro de 2020 (R\$63.054 em 31 de dezembro de 2019) foram reconhecidos como despesa no exercício no grupo de outras despesas operacionais, líquidas.

13. Fornecedores

As aquisições de insumos para produção da Companhia são feitas em maior número por meio de importação de fornecedores internacionais, representando cerca de 90,67% do saldo em aberto na data de 31 de dezembro de 2020. O ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de 2,77% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (3,28% a.a. para 31 de dezembro de 2019), a qual se refere a taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de *forfait* para os fornecedores da Companhia. Para compor o saldo consolidado foram excluídos os valores referentes a transações *intercompany*. Apresentamos a seguir a abertura destes saldos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	51.755	30.906	50.142	31.178
Fornecedores de importados	306.513	129.203	306.513	129.203
Fornecedores– <i>forfait</i>	326.754	309.354	326.754	309.354
	685.022	469.463	683.409	469.735
Ajuste a valor presente – AVP	(2.350)	(3.104)	(2.350)	(3.104)
	682.672	466.359	681.059	466.631

Os saldos com partes relacionadas e com terceiros estão abaixo demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Partes relacionadas				
Fornecedores nacionais	-	-	623	1.176
Fornecedores de importados	202.754	153.386	202.754	153.386
Total de fornecedores partes relacionadas (nota 28)	202.754	153.386	203.377	154.562
Não relacionados	482.268	316.077	480.032	315.173
Total de fornecedores	685.022	469.463	683.409	469.735

Forfait

A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores.

A Companhia não reconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia em contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

14. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 20.

Financiadores / credores	Taxa efetiva	Início	Venc.	Garantias	Consolidado		Controladora	
					31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FINEP	3% a.a. +TR	abr/14	abr/24	Fiança bancária	84.208	93.705	84.208	93.705
FINEP	3% a.a. +TR	jun/19	jun/29	Fiança bancária	122.577	64.885	122.577	64.885
PSI - Inovação 2018	1,1% e 2,61% a.a. + TLP e TR	dez/19	fev/27	Fiança bancária	72.096	50.187	72.096	50.187
PSI - Inovação 2016	1,86% a.a. + TJLP	jun/17	mar/23	Hipoteca (imóveis - matriz e filial SJ)	46.534	53.915	46.534	53.915
PSI - Inovação 2013	3,5% a.a.	mar/14	jan/20	Hipoteca (imóveis - matriz e filial SJ)	-	1.481	-	1.481
FINIMP D	3,7% a.a.	out/19	out/22	Aval dos diretores	4.262	2.536	-	-
Citibank Swap	CDI + 3,50% a.a.	mar/20	mar/23	Aval dos diretores	85.076	-	85.076	-
Itaú	CDI + 3,50% a.a.	abr/20	abr/22	Aval dos diretores	86.774	-	86.774	-
					501.527	266.709	497.265	264.173
Circulante					151.575	41.293	148.934	40.448
Não circulante					349.952	225.416	348.331	223.725

FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
PSI Programa de Sustentação de Investimentos
FINIMP Financiamento de Importação

Garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos e instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2020 (consolidado):

Imobilizado	191.631
Carta fiança	274.831
	<u>466.462</u>

O custo total de contratação das cartas fiança vigentes em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.175, sendo registrado em outros créditos e apropriados ao resultado pela competência de acordo com sua vigência como despesas financeiras. A Companhia reconheceu no exercício o total de R\$1.202 (R\$957 em 2019) referente à despesa financeira para contratação dessa modalidade de garantia.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	266.709	201.129	264.173	201.129
Captações	404.930	201.587	403.200	199.296
Juros e variação cambial	44.478	8.224	43.846	8.223
Amortização do principal	(198.175)	(131.819)	(197.585)	(131.819)
Pagamento de juros	(16.415)	(12.656)	(16.369)	(12.656)
Empréstimo proveniente de combinação de negócios	-	244	-	-
Saldo final	501.527	266.709	497.265	264.173

Os termos e condições dos empréstimos em aberto estão apresentados a seguir:

a) Finep

A linha de Financiamento Reembolsável tem por definição o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das empresas brasileiras disponibilizado pelo BNDES. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do projeto “Programa Intelbras de comunicação unificada e atualização tecnológica para internacionalização da empresa”. O contrato possui carência de 36 meses. O principal da dívida será pago em 85 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 14 de abril de 2017, e a última em 15 de abril de 2024. Em 29 de dezembro de 2020, a empresa recebeu uma nova tranche no valor de R\$56.700. Próximas tranches previstas são: 3ª R\$24.300; 4ª R\$24.300; 5ª R\$29.700; e 6ª R\$32.400.

b) Programa de Sustentação de Investimento – PSI

São recursos disponibilizados pelo BNDES direcionados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos. Após a comprovação da aplicação de recursos em investimentos, o BNDES concede à Companhia empréstimo equivalente a até 80% dos recursos investidos. Os pagamentos são mensais e, durante o período de carência, a liquidação dos juros ocorre trimestralmente. O pagamento do principal ocorre conforme detalhado abaixo:

PSI - Inovação 2018: O principal da dívida será pago em 87 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2020, e a última em 15 de março de 2027.

PSI - Inovação 2016: O principal da dívida será pago em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2019, e a última em 15 de março de 2023.

PSI - Inovação 2013: O principal da dívida foi pago em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 2016, e a última em 15 de janeiro de 2020.

c) Finimp

Financiamento de importação, onde o pagamento é efetuado à vista para o exportador através de um banco contratado, que se torna credor, e assume-se o compromisso de liquidar a operação com o banco até o vencimento acordado.

d) Citibank – Swap

Empréstimo de USD20.000 tomados no primeiro trimestre de 2020 e que será pago em 11 parcelas de igual valor vencendo-se a primeira em 24 de setembro de 2020 e a última em 24 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar em dólares totaliza USD16.634.

e) Itaú

Empréstimo de R\$100.000 tomado no segundo trimestre de 2020 e que será pago em 7 parcelas de igual valor vencendo-se a primeira em 08 de outubro de 2020 e a última em 08 de abril de 2022.

f) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas de compromisso relacionadas a indicadores de endividamento/ativo (<75%) e dívida líquida/EBITDA ($\leq 2,5$) (“covenants”), as quais estão sendo plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

O contrato com o Citibank determina que a Companhia observe o seguinte índice financeiro: Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA), inferior ou igual a 2,5, com base no encerramento de cada exercício social. A exigência está sendo plenamente atendida em 31 de dezembro de 2020.

O cronograma de desembolso dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	33.259	-	32.413
2022	125.707	43.245	124.234	42.400
2023	70.196	39.209	70.048	39.209
2024	39.457	30.548	39.457	30.548
2025	31.179	23.992	31.179	23.992
2026	31.179	23.893	31.179	23.893
2027 a 2029	52.234	31.270	52.234	31.270
	349.952	225.416	348.331	223.725

15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias, cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio. Com base na opinião de seus advogados, a Administração da Companhia mantém o registro da provisão para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações (avaliadas com risco de perda provável). Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a esses processos.

a. Composição da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	2.133	3.080	2.133	3.080
Cíveis	2.314	426	2.314	426
Tributárias	9.529	3.471	9.429	3.371
	13.976	6.977	13.876	6.877
Circulante	420	426	420	426
Não circulante	13.556	6.551	13.456	6.451

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços. Nenhuma causa trabalhista em que a Companhia ou uma de suas subsidiárias figuram como parte foi considerada individualmente relevante.

Cíveis

Relativas a processos de discussões gerais de cobrança, indenizações e execução, bem como, processos judiciais discutindo questões de natureza comercial relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos fornecidos pela Companhia. Nenhuma causa cível foi considerada individualmente relevante.

Tributárias

As principais discussões tributárias estão relacionadas aos processos de Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) de partes e peças importadas para industrialização, conforme processo produtivo definido. O entendimento do Fisco federal para este tópico é para o enquadramento como produto acabado. O processo está aguardando julgamento do recurso voluntário pelo CARF. A outra causa está relacionada ao entendimento vinculado a suspensão do IPI na importação de insumos com base na Instrução Normativa SRFB 948/2009 e as formalidades relacionadas ao respectivo benefício fiscal.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões contábeis, pois estas não se constituem em perdas prováveis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas trabalhistas, cível e tributária, totalizando o montante consolidado de R\$56.109 em 31 de dezembro de 2020 (R\$36.956 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, as ações de natureza tributária totalizam R\$48.909 em 31 de dezembro de 2020 (R\$27.495 em 31 de dezembro de 2019) sendo os principais temas: (i) crédito tributário parcial mantido pelo CARF que questionava a tributação do IRPJ e CSLL sobre crédito presumido de ICMS; (ii) auto de infração referente crédito tributário decorrente de glosa de crédito presumido de ICMS concedido pelo Estado de origem; (iii) auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de displays de LCD; (iv) auto de infração questionando a tributação do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS; (v) parcelamento da MP 470 com a utilização de Prejuízos Fiscais e discussão a repetição de indébito tributário. As ações de natureza cível totalizam R\$3.745 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.351 em 31 de dezembro de 2019) sendo o principal tema: discussão judicial envolvendo prestação de serviços e fornecimento de materiais. As ações de natureza trabalhista totalizam R\$3.455 em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.111 em 31 de dezembro de 2019) não havendo processos individualmente relevantes para essa área.

Ativos contingentes, não registrados no balanço

Os valores dos Ativos Contingentes considerados como ganhos possíveis e prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia totalizando o montante consolidado de R\$17.301 em 31 de dezembro de 2020. Sendo os principais temas: (i) A Companhia discute judicialmente o direito de não recolher o ICMS no deslocamento interestadual de mercadorias para estabelecimentos do mesmo contribuinte. Em recente decisão judicial, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que o ICMS pago em períodos anteriores, incidente nas operações de transferência entre estabelecimentos da mesma empresa, devem ser restituídos aos contribuintes; (ii) A Companhia discute judicialmente o direito de não recolher os valores referentes ao processo de aumento da Taxa do Siscomex devido por adição à Declaração de Importação em valor superior ao estabelecido pela Lei 9.716/98 em suas operações da Filial localizada na Zona Franca de Manaus; (iii) A Companhia discute judicialmente o direito de não recolher as Contribuições para o PIS e COFINS nas vendas internas dentro da Zona Franca de Manaus praticadas por sua Filial sediada em Manaus; (iv) A Companhia discute judicialmente o direito de ampliar a utilização do Programa Reintegra para as vendas realizadas para a Zona Franca de Manaus com base no Artigo 40 do ADCT. e Artigo. 4º DO DECRETO-LEI Nº 288 /67, ambos definem que é mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação; (v) A Companhia discute judicialmente a cobrança de valores não recebidos referentes inadimplências.

Movimentação da provisão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo ao início do exercício	6.977	4.452	6.877	4.452
Complemento de provisão	8.542	9.316	8.542	9.216
Reversão/baixas de provisão	(1.543)	(6.791)	(1.543)	(6.791)
Saldo ao final do exercício	13.976	6.977	13.876	6.877

b. Composição dos depósitos judiciais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	779	592	779	592
Fiscal	10.946	10.917	10.946	10.917
	11.725	11.509	11.725	11.509

Os depósitos trabalhistas referem-se a diversas ações movidas por ex-funcionários onde a Companhia teve que realizar depósitos recursais enquanto discute o mérito dos valores pleiteados.

O principal depósito relativo à área fiscal refere-se a tese tributária em discussão de "IPI Sobre Produtos Acabados". A Companhia ingressou com ação judicial pela cobrança do IPI sobre revenda de produtos importados acabados. Os advogados da Companhia sustentam a tese da não incidência do IPI nas operações de comercialização realizadas pela impetrante de produtos importados sobre os quais já houve a cobrança do mesmo tributo no desembaraço aduaneiro e que não se submeteram a qualquer ato de industrialização. A Companhia obteve êxito em primeiro e segundo grau (Justiça Federal em Florianópolis e TRF4 em Porto Alegre), contudo a União conseguiu reverter a decisão via recurso especial no STJ. A Companhia apresentou Embargos Divergência considerando existir jurisprudência favorável ao contribuinte. O Supremo Tribunal Federal em julgamento da repercussão geral decidiu que a cobrança do IPI na revenda de produtos importados é constitucional. A Companhia já havia requerido a conversão dos depósitos judiciais em pagamento à União, contudo como o processo estava sobrestado ainda não foi analisado. O valor depositado judicialmente totalizou R\$9.044, sendo o valor passivo registrado em impostos a recolher.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$350.000. Segue abaixo a composição acionária:

Acionistas	Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Jorge Luiz Savi de Freitas	6.336.250	22,50%	6.336.250	22,50%
Jane Savi de Freitas	6.336.250	22,50%	6.336.250	22,50%
Janete Savi de Freitas	6.336.250	22,50%	6.336.250	22,50%
Jadna Savi de Freitas	6.336.250	22,50%	6.336.250	22,50%
Dahua Europe B. V	2.816.111	10,00%	2.816.111	10,00%
Total das ações	28.161.111	100,00%	28.161.111	100,00%

b. Reservas de lucros

(i) *Reserva Legal*

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) *Retenção de lucros*

Constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro ou para futura distribuição para os acionistas.

(iii) *Incentivos fiscais*

Referem-se aos montantes recebidos de incentivos fiscais concedidos à Companhia pelos estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010 a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado.

d. Ajustes acumulados de conversão

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior.

e. Remuneração aos acionistas

Juros sobre capital próprio

Em 2020 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio (“JSCP”) no montante bruto de R\$33.570, que não foi pago ao longo do próprio exercício. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro registrou os juros sobre o capital próprio do exercício na conta de “despesas financeiras”. Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Em 2019 o JSCP apurado foi de R\$34.687, sendo todo o valor pago ao longo do próprio exercício.

Dividendos

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram pagos com base na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 21 de setembro de 2020, e na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 25 de novembro de 2020, dividendos no valor de R\$ 22.586, referentes ao exercício de 2020 e a exercícios anteriores.

Os dividendos são calculados conforme o estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	Cálculo dos dividendos	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	327.956	189.393
Reserva legal - 5%	(16.398)	(9.470)
Reservas de incentivos fiscais	(2.268)	(1.512)
Base de cálculo	309.290	178.411
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	77.322	44.603
Juros sobre capital próprio pagos (JSCP)	33.570	34.687
(-) IRRF sobre JSCP	(5.036)	(5.202)
	28.534	29.485
Dividendos pagos	22.586	56.506
Saldo de dividendo a distribuir / (distribuídos antecipadamente), em complemento a mínimo obrigatório	26.202	(41.388)

17. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

	Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	327.956	189.393
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	28.161.111	28.161.111
Denominador (em milhares de ações):		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	28.161.111	28.161.111
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	11,64572	6,72535

Não há, na data em 31 de dezembro de 2020, instrumentos de patrimônio com efeito dilutivo do capital.

18. Incentivos fiscais

1. Imposto sobre produtos industrializados - IPI

A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs.

As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de Abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um Crédito Financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este Crédito Financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

O valor deste benefício refletido no resultado do exercício foi de R\$85.445.

2. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios na apuração do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS:

2.1. Estado de Santa Catarina

Regulamento do ICMS/SC - Decreto nº 2.870/2001, permite a redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com equipamentos de automação, informática e telecomunicações, ficando facultado aplicar diretamente o percentual de 12% (doze por cento) sobre a base de cálculo integral. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática nº 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Este benefício possibilita uma carga tributária de aproximadamente 3% para os produtos fabricados em Santa Catarina.

A Companhia utiliza ainda benefícios fiscais previstos em regulamento para produtos importados do exterior.

O prazo de vigência dos benefícios é indeterminado.

O valor deste benefício refletido no resultado do exercício foi de R\$88.034 (R\$72.520 no exercício de 2019).

2.2. Estado de Minas Gerais

Por meio do regulamento do ICMS/MG - Decreto 43.080/02, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS autorizado em Protocolo de Intenções com o Estado de Minas Gerais e previsto em Regime Especial.

O prazo de vigência dos benefícios é indeterminado.

O valor deste benefício refletido no resultado do exercício foi de R\$20.568 (R\$18.612 no exercício de 2019).

2.3. Estado do Amazonas

Por meio da Lei nº 2.826/2003, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS autorizado em Projeto aprovado com o Estado do Amazonas que relaciona os produtos beneficiados.

O prazo de vigência dos benefícios é indeterminado.

O valor deste benefício refletido no resultado do exercício foi de R\$57.911 (R\$51.588 no exercício de 2019).

Todas as condições impostas para usufruir dos incentivos fiscais estão sendo atingidas pela Companhia.

3. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia usufruiu do benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

19. Imposto de renda e contribuição social**a. Composição dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social)**

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias.

As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.876	6.877	13.876	6.877
Provisão para garantias	14.660	12.719	14.660	12.719
Provisão para estoques obsoletos	4.280	3.784	4.280	3.784
Provisão para perda esperada para risco de crédito (*)	8.730	8.110	8.730	8.110
Ágio (**)	(33.366)	(33.366)	(33.366)	(33.366)
Mais valia	(19.323)	(21.956)	(19.323)	(21.956)
Provisão para lei de informática	3.748	1.623	3.748	1.623
Diferença de depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(7.420)	(3.865)	(7.420)	(3.865)
Custo atribuído e revisão da vida útil dos bens do imobilizado	(38.806)	(39.222)	(38.806)	(39.222)
Efeitos de reconhecimento de receita - CPC 47 (IFRS 15)	44.645	21.615	44.645	21.615
Provisão para verbas comerciais	26.025	9.849	26.025	9.849
AVP - clientes e fornecedores	11.505	10.354	11.505	10.354
Outros	12.594	10.824	12.594	10.824
Total diferenças temporárias	41.148	(12.654)	41.148	(12.654)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	13.990	(4.302)	13.990	(4.302)
<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u>				
Prejuízo fiscal	19.162	26.408	18.111	26.408
Alíquota do IR diferido	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	4.791	6.602	4.528	6.602
Base negativa	53.527	53.168	52.476	53.168
Alíquota da contribuição social diferida	9%	9%	9%	9%
Contribuição social diferido sobre base negativa	4.817	4.785	4.723	4.785
<u>Tributos diferidos</u>				
Imposto de renda diferido	15.077	3.439	14.815	3.439
Contribuição social diferido	8.521	3.646	8.426	3.646
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	23.598	7.085	23.241	7.085

(*) Parte do valor da provisão para perdas com clientes é formada por títulos que já preenchem os requisitos para dedutibilidade e foram considerados como dedutíveis.

(**) O ágio pago quando da aquisição de empresas foi amortizado fiscalmente a partir do momento em que as Empresas adquiridas foram incorporadas. O imposto de renda e a contribuição diferidos foram constituídos na medida que a amortização fiscal ocorreu. Sendo que na presente data o ágio fiscal encontra-se integralmente amortizado.

Os tributos diferidos estão apresentados líquidos entre ativos e passivos, conforme CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2020	31/12/2020
2022	86	-
2023	181	-
2024 – 2026	9.341	9.251
	9.608	9.251

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	316.726	190.468	315.290	189.669
Equivalência patrimonial	-	-	4.838	965
Juros sobre o capital próprio	(33.570)	(34.687)	(33.570)	(34.687)
Incentivos fiscais	(251.958)	(144.466)	(248.857)	(142.721)
Gastos com pesquisa e inovação tecnológica Lei nº 11.196/05	(13.951)	(12.471)	(13.951)	(12.471)
Ação Judicial - Atualização financeira exclusão ICMS BC PIS e COFINS	(62.851)	-	(62.851)	-
Outros	12.575	4.317	1.848	57
	(33.029)	3.161	(37.253)	812
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	11.230	(1.075)	12.666	(276)
<u>Alíquota nominal</u>				
Corrente	(5.284)	(2.961)	(3.491)	(2.162)
Diferido	16.514	1.886	16.157	1.886
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	11.230	(1.075)	12.666	(276)
Alíquota efetiva	3,55%	-0,56%	4,02%	-0,15%

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

1. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes na data do balanço foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Riscos operacionais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para perda de crédito esperada, no consolidado no montante de R\$13.892 em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.449 em 31 de dezembro de 2019) e na controladora R\$13.524 em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.334 em 31 de dezembro de 2019), para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente bancária	26.503	14.012	23.087	10.693
Aplicações financeiras	726.442	387.588	720.413	387.588
Títulos e valores mobiliários	4.653	5.704	4.653	5.704
Contas a receber de clientes	552.742	385.134	548.664	382.310
	1.310.340	792.438	1.296.817	786.295

(ii) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	31/12/2020			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	682.672	-	-	682.672
Contas a pagar por aquisição de empresa	1.157	4.125	2.063	7.345
Financiamentos e empréstimos	151.575	228.417	121.535	501.527
	835.404	232.542	123.598	1.191.544

	31/12/2019			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	466.359	-	-	466.359
Contas a pagar por aquisição de empresa	8.084	4.522	3.073	15.679
Financiamentos e empréstimos	55.589	146.077	124.459	326.125
	530.032	150.599	127.532	808.163

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém um contrato de empréstimo de USD16.364 com o Citibank, indexado pela Libor e acrescido de uma taxa de 2,16% a.a., com vencimento em abril de 2023, para o qual contratou um derivativo (contrato de Swap), com valor notional de mesmo montante, tendo o CDI como indexador e vencimento para a mesma data do contrato. A contraparte do derivativo é também o Citibank. Adicionalmente, a Companhia contratou Contratos a Termo de Moedas totalizando USD67.124 com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa futuro contra oscilações de câmbio. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, e, exceto pelo contrato descrito anteriormente, não tem nenhum outro contrato derivativo.

Os Contratos a Termo de Moedas têm prazo médio de 90 dias entre a data de contratação e seu vencimento, tendo as seguintes contrapartes:

	USD – mil
Santander	6.097
Bradesco	20.564
Citi	19
Itaú	22.388
XP	10.026
CCB	8.029
	67.123

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento eletroeletrônico. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. Em 31 de dezembro de 2019 não há operações desta natureza. Em 31 de dezembro operações de Contratos a Termo de Moedas e SWAP foram contratadas para mitigar riscos ao fluxo de caixa em função das variações de câmbio.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Instrumentos com taxa de juros variável</u>				
Títulos e valores mobiliários	4.653	5.704	4.653	5.704
Financiamentos e empréstimos	497.265	262.692	497.265	262.692
Contratos a Termo	7.430	-	7.430	-
Operações de SWAP	1.414	-	1.414	-
<u>Instrumentos com taxa de juros fixo</u>				
Financiamentos e empréstimos	4.262	4.017	-	1.481

O montante em milhares de USD em operações de Contratos a Termo de Moedas totaliza USD27.122 (valor justo de R\$7.430) e o SWAP totaliza USD16.364 (valor justo de R\$1.414) em 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2020 a exposição contábil no consolidado estava assim representada (apresentado em reais):

	31/12/2020						31/12/2019					
	Moeda estrangeira						Moeda estrangeira					
	Dolar US\$	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total	Dolar US\$	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo												
Contas a receber de clientes	4.229	9	-	-	-	4.238	2.634	452	-	-	-	3.086
Passivo												
Fornecedores	(627.848)	(58)	-	(4)	(5)	(627.915)	(438.525)	(30)	(2)	-	-	(438.557)
Empréstimos e Financiamento	(85.076)	(4.262)	-	-	-	(89.338)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(6.016)	-	-	-	-	(6.016)	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	(714.711)	(4.311)	-	(4)	(5)	(719.031)	(435.891)	422	(2)	-	-	(435.471)

A Administração avalia que as exposições ao risco cambial são aceitáveis para suas operações.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial das contas a receber e fornecedores em moeda estrangeira, ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes com variações de 25% e 50%, de redução ou de aumento em relação a taxa base, sendo a taxa utilizada esperada para os próximo 12 meses. Adicionalmente, estas variações de 25% e 50% correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a respectiva despesa e receita de variação cambial. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020. A cotação do dólar utilizado na projeção foi de R\$5,00.

	(Despesa)/Receita				
	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário Provável	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Cientes – Dolar	(80)	(120)	(160)	(201)	(241)
Fornecedores – Dolar	11.849	17.773	23.697	29.622	35.547
Impacto no resultado	11.769	17.653	23.537	29.421	35.306

(vi) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

2. Instrumentos financeiros - valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Classificação
	31/12/2020		31/12/2019		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo					
Numerário disponível	36	36	28	28	Custo amortizado
Conta corrente bancária	26.503	26.503	14.012	14.012	Custo amortizado
Aplicações financeiras	726.442	726.442	387.588	387.588	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	4.653	4.653	5.704	5.704	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	533.107	533.107	365.955	365.955	Custo amortizado
Passivo					
Fornecedores	682.672	682.672	466.359	466.359	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	6.016	6.016	-	-	Valor justo por meio do resultado
Financiamentos e empréstimos - com encargos	501.527	500.301	266.709	272.000	Custo amortizado
Outras contas a pagar – aquisição de controlada	7.345	7.345	15.110	15.110	Custo amortizado

Os derivativos são mensurados de acordo com o cálculo de marcação a mercado na data base.

Mensuração do valor justo reconhecido nas demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;

Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e

Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas mantêm um contrato derivativo (Swap) como mencionado na nota explicativa 20.a. Exceto por esse instrumento, não há outros instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - Inclui encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

3. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de dezembro de 2020 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2020 e este definido como o cenário provável; a partir deste são calculadas variações de 25% e 50%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

	31/12/2020				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Aplicações financeiras	20.753	17.294	13.835	10.377	6.918

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2020 foi extraída a projeção da LIBOR, período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2020, assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2020. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	31/12/2020				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Financiamentos e empréstimos	34.020	28.350	22.680	17.010	11.340

Para derivativos se estimou a cotação esperada para 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2020, tendo como base o montante atual de valor nominal contratado.

	31/12/2020				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Swap e Contratos a Termo de Moedas	342	285	228	171	114

4. Gestão de capital

O capital social inclui ações ordinárias e as demais reservas atribuíveis aos acionistas controladores. O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio da correlação da dívida líquida (ou caixa líquido) em relação ao patrimônio líquido. A política da Companhia é a de manter uma posição de caixa líquido ou, em caso de dívida líquida, que a correlação seja entre 20% e 40%. A Companhia inclui na dívida líquida os financiamentos e empréstimos sujeitos a juros, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos e empréstimos sujeitos a juros	501.527	266.709	497.265	264.173
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(752.981)	(401.628)	(743.535)	(398.308)
Dívida líquida consolidada	(251.454)	(134.919)	(246.270)	(134.135)
Patrimônio líquido	976.230	724.859	976.230	724.859
Correlação	(26%)	(19%)	(25%)	(19%)

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos covenants financeiros de quaisquer financiamento e empréstimos sujeitos a juros no período. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital nos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

21. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Venda de produtos	2.781.210	2.162.321	2.750.851	2.150.276
Ajuste a valor presente – AVP	(24.654)	(32.585)	(24.654)	(32.585)
Verbas comerciais	(76.711)	(72.580)	(76.711)	(72.580)
Devoluções	(84.697)	(72.246)	(84.257)	(71.480)
Deduções de vendas:				
IPI (*)	(171.090)	(75.628)	(173.057)	(78.929)
ICMS	(107.188)	(65.294)	(105.741)	(64.566)
PIS	(32.321)	(25.950)	(31.971)	(25.607)
COFINS	(149.627)	(119.571)	(148.011)	(117.987)
ISS	(546)	(511)	(214)	(269)
Receita operacional líquida	2.134.376	1.697.956	2.106.235	1.686.273

(*) O aumento de saldo na linha de IPI é devido à alteração na legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação. Até 31 de março de 2020 a Companhia usufruiu de benefícios fiscais concedidos pela Lei Federal de Informática nº 8.248/91, a qual dispunha sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. O direito à fruição do benefício estava condicionado ao cumprimento, pela Companhia, dos requisitos e condições estabelecidos pela legislação vigente até então, entre estes, a aplicação anual de parte do seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País.

A partir de 01 de abril de 2020, a Companhia passou a ser enquadrada nas disposições da Lei nº 13.969/2019 que alterou a Lei nº 8.248/91, por meio da qual, a Companhia passa a ter direito a Crédito Financeiro a ser compensado com tributos federais sob requisitos semelhantes aos citados na lei anterior, dentre eles a aplicação anual de parte do seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, tendo como principal alteração a forma de concessão do benefício, não sendo mais redução de IPI, mas sim, crédito financeiro a ser compensado com tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2019 o benefício da Lei de Informática era por meio de redução do IPI para os produtos incentivados e os efeitos foram contabilizados em Deduções de vendas na linha de IPI, já em 31 de dezembro de 2020, não há registro de crédito financeiro nessa linha, sendo que o crédito financeiro concedido nos termos da nova legislação que entrou em vigor em 01 de abril de 2020 foi registrado na linha de Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas, conforme nota 22 abaixo.

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas por função				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.433.542	1.104.810	1.428.446	1.110.813
Com vendas	260.663	236.439	253.352	235.101
Administrativas e gerais	142.334	107.778	126.374	89.149
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (*)	(88.537)	65.000	(89.894)	67.367
	1.748.002	1.514.027	1.718.278	1.502.430
Despesa por natureza				
Custo dos insumos e materiais	1.165.241	916.940	1.168.004	927.052
Energia, serviços de terceiros e outros	402.655	365.923	379.505	347.878
Despesa com salários e benefícios a empregados	289.881	243.081	287.536	242.586
Depreciações e amortizações	23.411	18.682	18.899	17.527
Outras receitas	(133.186)	(30.599)	(135.666)	(32.613)
	1.748.002	1.514.027	1.718.278	1.502.430

(*) O impacto nesta linha se dá devido ao crédito financeiro concedido nos termos da nova legislação que entrou em vigor em 01 de abril de 2020 registrado nesta linha, conforme nota 21 acima. Demonstramos abaixo a abertura dos saldos em Outras despesas (receitas) operacionais líquidas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas				
Gastos com P&D	70.478	63.054	66.341	58.787
Crédito financeiro A Lei nº 13.969/2019	(84.017)	-	(84.017)	-
Exclusão do ICMS da BC de Pis e Cofins	(73.579)	-	(73.579)	-
Outras	(1.419)	1.946	1.361	8.580
	(88.537)	65.000	(89.894)	67.367

23. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas aplicações financeiras	13.711	21.502	13.659	22.143
Juros (i)	64.840	1.893	64.773	1.209
Ajuste a valor presente	25.639	32.113	25.639	32.113
Outros	(3.285)	726	(3.285)	(393)
Receitas financeiras	100.905	56.234	100.786	55.072
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.260)	(9.428)	(21.163)	(9.428)
Despesas bancárias	(4.394)	(3.057)	(3.901)	(2.623)
Despesas com antecipação de recebíveis	(52)	(1.654)	(52)	(1.654)
IOF sobre operações financeiras	(902)	(464)	(847)	(604)
Ajuste a valor presente	(20.730)	(19.067)	(20.730)	(19.067)
Outros	(413)	(1.325)	(396)	(205)
Despesas financeiras	(47.751)	(34.995)	(47.089)	(33.581)
Resultado financeiro	53.154	21.239	53.697	21.491

(i) Foram contabilizados o valor de R\$62.851 da correção sobre a ação de exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS e da COFINS após trânsito em julgado, conforme informado na nota 9b.

24. Variação cambial

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho na variação cambial	197.550	81.423	197.515	81.423
Perda na variação cambial	(320.352)	(96.123)	(319.041)	(96.123)
	(122.802)	(14.700)	(121.526)	(14.700)

25. Salários, encargos e participações a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	10.278	7.805	9.663	7.396
Encargos	7.895	6.809	7.386	6.415
Provisões férias e encargos sobre provisão	22.506	21.849	21.277	21.080
Participação nos lucros	61.402	16.991	60.456	16.991
Outros	708	625	689	622
	102.789	54.079	99.471	52.504

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiro vigente para janeiro 2020 a abril 2021:

Riscos cobertos	Importância segurada	Franquia
Incêndio / desentulho / tumulto / explosão / implosão	R\$130.000	15% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$270.000,00
Alagamento / Inundação	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$250.000,00
Danos Elétricos	R\$1.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$5.000,00
Lucros Cessantes (P.I.4 meses)	R\$107.000	5 dias
Quebra de Máquinas	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$25.000,00
Roubo e/ou Furto Qualificado do Conteúdo	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$50.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Queda Aeronave, Impacto	R\$30.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$250.000,00
Incêndio / desentulho / tumulto / explosão / implosão	R\$5.000	Os prejuízos indenizáveis deverão ser somados aos prejuízos da cobertura de origem para a dedução da respectiva franquia

27. Informação por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela administração da Intelbras para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo a lucro bruto a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Segurança

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à segurança eletrônica, tais como equipamentos para videovigilância analógica (CFTV), videovigilância IP (CFTV IP), alarmes e sensores contra intrusão, alarmes e sensores contra incêndio e controle de acessos (controladores e dispositivos para uso condominial, residencial e empresarial).

Comunicação

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à comunicação de voz, imagem e dados, bem como para infraestrutura de redes. São comercializados equipamentos para a infraestrutura de redes empresariais, residenciais e de fibra ótica, sistemas de comunicação residenciais, empresariais e seus acessórios.

Energia

Segmento formado por linhas de negócio associadas ao fornecimento de energia para equipamentos eletroeletrônicos e consumidores em geral, além de dispositivos para proteção e economia de energia em residências, empresas e condomínios. São comercializadas as linhas de fontes, baterias, nobreaks, sensores de iluminação, além de geradores de energia solar on-grid e off-grid.

As operações da Companhia são realizadas no Brasil e no exterior, e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	772.713	1.147.074	214.589	2.134.376
Lucro bruto	230.099	418.635	52.100	700.834

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	576.025	1.006.562	115.369	1.697.956
Lucro bruto	183.549	377.643	31.954	593.146

Apresentamos abaixo as informações dos ativos que regularmente são geradas e analisadas pelos gestores dos respectivos segmentos, que compreendem os seguintes ativos: contas a receber, imobilizado e intangível. Os passivos são compostos por fornecedores. Esses dados são regularmente analisados pela Administração para avaliar os investimentos e alocação de recursos necessários para cada segmento. A Companhia efetuou melhorias na divulgação dos ativos e passivos divulgáveis, de modo a apresentar os saldos compondo as adequações à contabilização referente às normas contábeis de CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente e CPC 12 – Ajuste a valor presente, e à alocação das áreas comuns de forma proporcional.

	31/12/2020			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Ativos	357.069	446.222	74.792	878.083
Passivos	242.761	371.817	68.094	682.672

	31/12/2019			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Ativos	256.055	373.229	54.735	684.019
Passivos	142.018	292.564	31.777	466.359

28. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia tem como atividade preponderante a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados. O detalhamento das empresas controladas pela Companhia está descrito na nota explicativa 2.5.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações de balanço				
Ativo				
Empréstimos				
Empréstimos Concedidos – Prediotech	-	-	2.478	1.314
Empréstimos Concedidos – Décio	-	-	10.482	700
	-	-	12.960	2.014
Passivo				
Fornecedores				
Fornecedores – Dahua	(202.754)	(153.386)	(202.754)	(153.386)
Fornecedores – Décio	-	-	(343)	(1.176)
Fornecedores – Ascent	-	-	(280)	-
	(202.754)	(153.386)	(203.377)	(154.562)
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações de resultado				
Vendas realizadas pela controlada Décio para a Companhia	-	-	7.525	1.306
Vendas realizadas pela controlada Ascent para a Companhia	-	-	9.081	8.194
Compras realizadas pela Companhia da Dahua – a partir de novembro de 2019	(339.875)	(47.241)	(339.875)	(47.241)
Total de transações com partes relacionadas registradas no resultado	(339.875)	(47.241)	(323.269)	(37.741)

Transações entre partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador Selic. Por fim, a Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua Europe B.V. Nos termos do Acordo de Cooperação, há um compromisso de adquirir exclusivamente da fornecedora Dahua produtos de circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, sujeito à observância, pela fornecedora Dahua, de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. A partir de novembro de 2019, a fornecedora Dahua adquiriu ações representativas de 10% do capital social da Companhia.

Garantias

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos descritos na nota explicativa 14 e que são concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Não são prestadas garantias a terceiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 10.037 em 31 de dezembro de 2020 (R\$11.227 em 31 de dezembro de 2019). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

O pessoal-chave da Administração não possui benefícios de longo prazo, como plano de pensão, plano de remuneração em ações, entre outros.

29. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no período que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Itens que não afetaram caixa:				
Aquisição de controlada:				
Contas a receber de clientes	-	2.008	-	-
Estoques	-	367	-	-
Impostos a recuperar	-	56	-	-
Outras contas a receber	-	300	-	-
Imobilizado	-	2.095	-	-
Intangível	-	25	-	-
Fornecedores	-	(702)	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	(244)	-	-
Salários e encargos	-	(2.265)	-	-
Tributos	-	(480)	-	-
Outras contas a pagar	-	(490)	-	-
Variação cambial em controlada no exterior	595	25	595	25
Imposto de renda e contribuição social relativos à combinação de negócios	-	6.256	-	6.256
Alterações de passivos decorrentes de atividades de financiamentos				
Aquisição de controladas a prazo	-	15.081	-	15.081
Aquisição de imobilizado a prazo	(3.157)	(5.467)	(3.157)	(5.467)
Aquisição de imobilizado com financiamentos e empréstimos – Finimp	(1.727)	(2.534)	-	-
Provisão de dividendos a pagar	54.736	-	54.736	-
Pagamento de fornecedores com financiamentos e empréstimos – Finimp	-	53.037	-	53.037

30. Eventos subsequentes

a. Registro de Companhia aberta e registro de Oferta Pública de Ações ordinárias

Em 25 de novembro de 2020, foi aprovada pelo conselho de administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração a realização da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"). Em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das 46.000.000 (quarenta e seis milhões) ações, para serem distribuídas no Brasil, com esforços de colocação no exterior. As ações foram autorizadas para negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "INTB3". O preço por ação foi fixado em R\$15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos), sendo que o preço por ação foi calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por ações, e aferida tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de Bookbuilding. A oferta foi liquidada no dia 05 de fevereiro de 2021. Baseado no preço mencionado no parágrafo imediatamente anterior, os recursos brutos com o IPO atingiram a cifra de R\$724.500 antes das comissões e despesas.

b. Distribuição de dividendos

Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 08 de janeiro de 2021, foi aprovada a distribuição de proventos no montante de R\$83.474. Deste valor, R\$33.570 a título de juros sobre capital próprio, sendo que R\$5.036 foram retidos pela Companhia pela incidência do imposto de renda para os acionistas.